



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SARAH CAROLINE RODRIGUES MORAES DOS SANTOS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇA COM PARALISIA
CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
REFLEXIVO**

ANGICOS

2025

SARAH CAROLINE RODRIGUES MORAES DOS SANTOS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇA COM PARALISIA
CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
REFLEXIVO**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Alessandra
Miranda Mendes Soares.

ANGICOS

2025

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

D237p Dos Santos, Sarah Caroline Rodrigues Moraes.
Práticas Pedagógicas Inclusivas Para a Criança
Com Paralisia Cerebral Na Educação Infantil um
Estudo Bibliográfico reflexivo / Sarah Caroline
Rodrigues Moraes Dos Santos. - 2025.
Aprox. 71 f. : il.

Orientadora: Alessandra Miranda Mendes Soares.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2025.

1. Paralisia Cerebral . 2. Práticas Pedagógicas
. 3. Inclusão. 4. Educação Infantil . I. Soares,
Alessandra Miranda Mendes , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos

Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte

CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

SARAH CAROLINE RODRIGUES MORAES DOS SANTOS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇA COM PARALISIA
CEREBRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
REFLEXIVO**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Defendida em: 19 / 12 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
ALESSANDRA MIRANDA MENDES SOARES
Data: 22/12/2025 15:35:33-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Alessandra Miranda Mendes Soares, Prof. Dr. (UFERSA)
Presidente

Documento assinado digitalmente
ELAINE LUCIANA SOBRAL DANTAS
Data: 22/12/2025 18:00:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Elaine Luciana Sobral Dantas, Profa. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador

Documento assinado digitalmente
FÁDYLA KESSIA ROCHA DE ARAÚJO
Data: 21/12/2025 11:14:14-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Fádyla Késsia Rocha de Araújo, Profa. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador

Elma Marcolino Martins Rodrigues
(In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida e por me mostrar que sempre existe um caminho e uma solução mesmo em dias adversos e sombrios, sou grata por ter luz e vida sempre comigo.

Agradeço a minha família, meu esposo João Paulo e minha filha Zoeh, eles são os presentes mais valiosos que pude receber em todos esses anos, vocês são minha força e motivação para nunca me acomodar e seguir em frente.

Agradeço a minha Avó Elma, in memoriam, que foi uma grande apoiadora dos meus sonhos que foram tomando forma lá no sítio cachoeirinha no município de Santana do Matos onde vivi boa parte da infância e adolescência, agradeço pelas lições que me deixou com seu grande conhecimento de mundo e sua doce visão sobre a vida.

Agradeço a minha irmã Gabryelle e minha mãe Sônia que são até hoje minhas incentivadoras que acreditam em mim até mais do que eu, sem vocês não teria chegado tão longe obrigada por acreditarem e torcerem por mim.

Agradeço ao meu pai Márcio e meu irmão Douglas por me incentivarem cada um à sua maneira e por me ensinar a ser forte, e levantar quando cair e continuar.

Agradeço à minha Orientadora Alessandra Mendes Soares por segurar a minha mão e caminhar comigo nessa longa jornada acadêmica, você me mostrou que eu consigo, me lembrou das minhas potencialidades e não desistiu de mim, mesmo quando eu já havia desistido. Você permanece me incentivando, sua fibra, determinação e coragem me inspiram, gratidão, por tornar o processo mais leve e bonito.

Agradeço a Banca Examinadora Elaine Dantas por tornar possível esse momento e por suas palavras de incentivo que me encorajaram a não desistir você foi uma professora e orientadora excepcional em minha jornada acadêmica A Fadyla Araújo que me inspirou e me inspira até hoje gratidão pelo apoio e por caminhar comigo nessa jornada.

Agradeço a Escola Municipal Fabrício Pedroza que desde o início da graduação foi meu campo de pesquisa, agradeço a toda equipe gestora, corpo docente e discente e toda equipe de apoio desta instituição de ensino, agradeço

também ao Centro de Educação infantil Marlene Cavalcanti Pereira e Centro de Educação infantil Marise Paiva que me oportunizaram ampliar meus conhecimentos teóricos e práticos e desenvolver minhas habilidades como professora em sala de aula e a todos os alunos com quem tive a oportunidade de incentivar e plantar uma pequena semente de esperança por meio da educação, por quem nutro imensa gratidão e carinho.

Agradeço às minhas amigas que me acompanharam até aqui, nós rimos, choramos perdemos noites de sono, lutamos e sonhamos juntas, mesmo tendo tomado caminhos diferentes vocês fizeram total diferença nos meus dias na universidade, Obrigada Emanuely Lopes e Aline Dantas por sua leveza e alegria, e em especial quero agradecer a Daniela Mendes e Jozelma Gonçalves, vocês foram e são mais que amigas vocês são parte da minha família e mesmo tomando rumos diferentes sou grata por estarem aqui por mim, sempre que que preciso.

E não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente,

(Romanos 12:2 a ARA)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo, investigar as práticas pedagógicas inclusivas adotadas para com a criança com paralisia cerebral na educação infantil a partir de um estudo bibliográfico. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, de natureza teórica, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica. O levantamento foi realizado nas bases de dados BDTD, CAPES, Google Acadêmico, SciELO e em periódicos especializados em educação especial, como a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) e a Revista Educação Especial (REE). O recorte temporal compreendeu o período de 2015 a 2025. Foram identificadas 332 produções científicas, entre artigos, monografias, dissertações e teses. Após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, 18 trabalhos foram selecionados, sendo apenas quatro diretamente relacionados ao objeto de estudo. O referencial teórico fundamenta-se nos aportes de Vygotsky, (1997) Bauman,(2001), Laraia, (2001) Mantoan,(2015), Werneck (2012) e Sassaki,(1997) além do marco político-legal da educação inclusiva, Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Base (1996), Lei Brasileira de Inclusão (2015, Base Nacional Comum Curricular (2018) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Decreto n.º 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025). Os estudos analisados indicam que as práticas pedagógicas inclusivas direcionadas a crianças com paralisia cerebral concentram-se na adaptação de materiais didáticos, na mediação pedagógica qualificada, no uso da ludicidade e no planejamento pedagógico individualizado. Evidenciam-se, ainda, a importância da organização do ambiente físico, do uso de tecnologias assistivas, de práticas cooperativas e da personalização das estratégias de ensino como elementos fundamentais para a promoção da equidade e da participação ativa das crianças no processo de aprendizagem. Conclui-se que a inclusão de crianças com paralisia cerebral na educação infantil exige práticas pedagógicas flexíveis, planejadas de forma individualizada e mediadas continuamente, respeitando os ritmos e estilos de aprendizagem. Destaca-se a necessidade de articulação entre escola, família, profissionais multidisciplinares e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como de investimento em formação continuada de professores, acessibilidade, comunicação alternativa e aumentativa e nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, visando ao desenvolvimento integral, à autonomia e à interação social das crianças.

Palavras Chave: Paralisia Cerebral. Práticas Pedagógicas. Inclusão. Educação Infantil.

ABSTRACT

The present study aims to investigate inclusive pedagogical practices adopted for children with cerebral palsy in early childhood education through a bibliographic study. This is qualitative research of a theoretical nature, developed through a literature review. The survey was conducted in the databases BDTD, CAPES, Google Scholar, SciELO, and in specialized journals in special education, such as the *Revista Brasileira de Educação Especial* (RBEE) and the *Revista Educação Especial* (REE). The temporal scope covered the period from 2015 to 2025. A total of 332 scientific productions were identified, including articles, monographs, dissertations, and theses. After applying inclusion and exclusion criteria, 18 studies were selected, of which only four were directly related to the object of study. The theoretical framework is grounded in the contributions of Vygotsky (1997), Bauman (2001), Laraia (2001), Mantoan (2015), Werneck (2012), and Sassaki (1997), as well as in the political and legal framework of inclusive education, including the Federal Constitution (1988), the Law of Guidelines and Bases of National Education (1996), the Brazilian Law of Inclusion (2015), the National Common Core Curriculum (2018), the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008), and Decree No. 12,686/2025, which established the National Policy on Inclusive Special Education (Brazil, 2025). The analyzed studies indicate that inclusive pedagogical practices directed at children with cerebral palsy focus on the adaptation of teaching materials, qualified pedagogical mediation, the use of playfulness, and individualized pedagogical planning. The importance of organizing the physical environment, using assistive technologies, adopting cooperative practices, and personalizing teaching strategies is also highlighted as fundamental elements for promoting equity and active participation of children in the learning process. It is concluded that the inclusion of children with cerebral palsy in early childhood education requires flexible pedagogical practices, individually planned and continuously mediated, respecting different learning rhythms and styles. The study emphasizes the need for articulation among school, family, multidisciplinary professionals, and Specialized Educational Services (AEE), as well as investment in continuing teacher education, accessibility, alternative and augmentative communication, and the principles of Universal Design for Learning, aiming at the integral development, autonomy, and social interaction of children.

Keywords: Cerebral Palsy, Pedagogical Practices, Inclusion, Early Childhood Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Quadro da categorização dos trabalhos selecionados e analisados. 25
Quadro 2	–	Quadro do levantamento bibliográfico 2015-2025 48
Quadro 3	–	Quadro do levantamento bibliográfico 2015-202550

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Gráfico da Revista Brasileira de Educação Especial - RBEE 46
Gráfico 2	–	Gráfico da Revista de Educação Especial - REE.....47
Gráfico 3	–	Gráfico artigos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES.....47
Gráfico 4	–	Fontes pesquisadas..... 50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1	ABPC - Associação Brasileira de Paralisia Cerebral
2	AEE - Atendimento Educacional Especializado
3	ART - Artigo
4	BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
5	BNCC - Base Nacional Comum Curricular
6	CAA - Comunicação Alternativa Aumentativa
7	CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
8	CONEDU - Congresso Nacional de Educação
9	ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
10	EDUCLIN - Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação da Infância, Cultura, Currículo e Linguagem
11	GEPEIA - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva e Acessibilidade
12	LDB - Lei de Diretrizes e Bases
13	MEC - Ministério da Educação
14	ONU - Organização das Nações Unidas
15	PDE - Plano de Desenvolvimento Educacional
16	PDI - Plano de Desenvolvimento Individualizado
17	PC - Paralisia Cerebral
18	RBEE - Revista Brasileira de Educação Especial
19	REE - Revista de Educação Especial
20	SEMIC - Seminário de Iniciação Científica
21	TA - Tecnologia Assistiva
22	TEA - Transtorno do Espectro Autista
23	TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
24	UNESCO - Organização das Nações Unidas a Educação Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problematização.....	19
1.2	Objeto e Objetivos.....	21
2	ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICO.....	22
3	REFLETINDO OS CONCEITOS.....	33
3.1	Criança, Infância e Educação Infantil.....	33
3.2	Reconhecendo a Criança com Paralisia Cerebral.....	35
3.3	Educação Inclusiva e Práticas pedagógicas.....	38
4	ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	45
4.1	CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS: EIXOS TEMÁTICOS:	
	Interpretando achados da	52
	pesquisa.....	
4.1.1	Práticas Pedagógicas Inclusivas.....	52
4.1.2	Acessibilidade.....	54
4.1.3	Avaliação.....	56
4.1.4	Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	57
4.1.5	Relatos de Experiência.....	59
4.1.6	Tecnologia Assistiva.....	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre o processo de inclusão no contexto educacional, torna-se relevante compreender os princípios, as concepções e práticas inclusivas. A ação de incluir um/a aluno/a ao ambiente escolar, pressupõe não apenas a matrícula, mas a participação e aquisição de conhecimentos de forma que o educando se sinta parte do processo educativo. As estratégias inclusivas constituem-se em elementos necessários para garantir o acesso e permanência do aluno/a com deficiência, talvez a partir dessas ações compreendamos o que de fato é inclusão.

No Brasil a partir da década de 90, década considerada o período da explosão na defesa da educação inclusiva, tornando-se signatário de diversas leis internacionais a exemplo a declaração de Salamanca (ONU, 1994) que defende o direito à escolarização das minorias.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Onu, 1994, p. 17-18).

Apesar de haver indicativos de práticas de acessibilidade ao currículo que asseguram as condições de uso de materiais, espaços e serviços (Brasil, 2013) a prática pedagógica, em muitos contextos, ainda demonstra limitações estruturais, conceituais e metodológicas para a efetivação de uma inclusão que promova a autonomia e o máximo desenvolvimento da criança com PC. Observa-se que a simples inserção física não garante a permanência qualitativa e a participação ativa dos alunos. A manutenção de uma visão que associa a deficiência física a limitações intrínsecas, negligenciando o papel das barreiras ambientais e atitudinais, culmina em práticas que reduzem a criança com PC a um papel de espectadora ou coadjuvante nas atividades, especialmente nas práticas corporais.

A Declaração de Salamanca (1994) constituiu um marco internacional ao estabelecer que “as escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994, p. 6). Ao afirmar tal princípio, o documento orientou que a escolarização de crianças com deficiência deve ocorrer preferencialmente na escola comum, com oferta de apoio, recursos pedagógicos e serviços especializados. Esse referencial influenciou diretamente a formulação das políticas educacionais brasileiras, que, ao longo das décadas seguintes, passaram a incorporar de forma progressiva a perspectiva inclusiva como eixo estruturante de suas ações normativas e programáticas.

O avanço das políticas públicas brasileiras voltadas à educação inclusiva configura um marco importante para a garantia do direito à educação para estudantes com deficiência, incluindo aqueles com paralisia cerebral. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) representa um divisor de águas ao afirmar que a educação especial deve ser “modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino” e que sua função é “complementar ou suplementar a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência” (BRASIL, 2008, p. 15). Essa diretriz desloca a lógica integradora — centrada na adaptação do aluno à escola — para uma abordagem inclusiva, em que é a escola que se reorganiza para promover participação e aprendizagem.

O Decreto n.º 6.571/2008 reforça essa concepção ao definir que o Atendimento Educacional Especializado deve ocorrer “no turno inverso ao da escolarização regular”, de forma a “prover condições de acesso, participação e aprendizagem” (BRASIL, 2008, p. 3). O Decreto n.º 7.611/2011 ratifica essa perspectiva ao declarar que o AEE é “complementar ou suplementar à formação dos estudantes, não substitutivo ao ensino regular” (BRASIL, 2011, p. 2), enfatizando a articulação pedagógica entre escola comum e serviços especializados.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com status constitucional, também fundamenta a educação inclusiva ao afirmar que os Estados devem assegurar sistemas educacionais inclusivos “em todos os níveis” e “ao longo

da vida” (BRASIL, 2008, p. 28), requisito legal que reafirma a impossibilidade de segregação escolar.

Em 2025, novas normativas atualizaram e ampliaram esse arcabouço legal. O Decreto n.º 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, estabelecendo que o Estado deve “assegurar a oferta de serviços, recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas que apoiem o processo educacional inclusivo em classes regulares” (BRASIL, 2025a, p. 4). Além disso, determina que a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado seja obrigatória e articulada ao currículo escolar, reforçando a necessidade de individualização do ensino. O Decreto n.º 12.773/2025 aperfeiçoou essa política ao explicitar as competências das redes de ensino e ao ampliar o monitoramento e a formação docente, reconhecendo a necessidade de “apoio técnico-pedagógico contínuo para a efetivação da escolarização inclusiva” (BRASIL, 2025b, p. 6).

Esses documentos dialogam diretamente com as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da educação infantil. A Lei Brasileira de Inclusão, por exemplo, estabelece que a escola deve assegurar “adaptações razoáveis, desenho universal e atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2015, p. 12), elementos que se conectam com estratégias como currículo funcional, planejamento individualizado (PDI), Plano de Desenvolvimento do Estudante (PDE), uso de tecnologias assistivas e práticas lúdicas adaptadas. Assim, o arcabouço normativo não apenas autoriza, mas exige que profissionais da educação infantil adotem estratégias flexíveis e diversificadas para garantir o direito de aprender das crianças com paralisia cerebral.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas inclusivas frequentemente descritas na literatura — como atividades lúdicas adaptadas, jogos cooperativos, organização acessível dos espaços, uso de recursos de comunicação alternativa e sistemas de apoio — encontram respaldo direto nas políticas públicas. Tais práticas se articulam com o que a legislação define como “apoio individualizado, conforme necessidades específicas do estudante” (BRASIL, 2025a, p. 5). Além disso, o Plano Nacional de Educação (2014), por meio da Meta 4, determina que os sistemas de ensino devem garantir “recursos de acessibilidade e formação de professores para o atendimento

educacional especializado”, reforçando a exigência de práticas pedagógicas adaptadas na educação infantil.

Apesar dos avanços significativos, a análise crítica desse conjunto de políticas revela desafios persistentes. a implementação do AEE permanece desigual entre municípios, e muitas escolas enfrentam dificuldades relacionadas à falta de profissionais, de recursos de tecnologia assistiva e de infraestrutura acessível, o que compromete a materialização efetiva dos direitos previstos.

Outro ponto de tensão refere-se à articulação entre políticas e práticas. Embora a legislação determine a prioridade da escolarização em classes comuns, ainda ocorrem situações de segregação, exclusão indireta ou participação meramente formal de estudantes com deficiência. O desafio não reside mais apenas na existência da lei, mas em superar barreiras culturais, pedagógicas e estruturais que dificultam a inclusão plena.

Assim, observa-se que a legislação brasileira constitui uma base sólida e abrangente para a educação inclusiva, mas sua efetividade depende de políticas de, investimento contínuo, gestão democrática e acompanhamento rigoroso da implementação. Para crianças com paralisia cerebral, especialmente na educação infantil, a garantia da inclusão passa pela qualidade das práticas pedagógicas, pela integração entre AEE e ensino regular e pela disponibilidade de recursos que promovam participação, comunicação, movimento e interação social.

Os efeitos dessas políticas podem ser observados no crescimento das matrículas do público-alvo da educação especial nos últimos anos. Segundo dados do Censo Escolar, em 2023 foram registradas 1.771.430 matrículas na Educação Básica, representando um aumento de aproximadamente 41,6% em relação a 2019 (INEP, 2024, p. 12–15). Desse total, 53,7% diziam respeito a estudantes com deficiência intelectual, 35,9% a estudantes com transtorno do espectro autista e 163.790 foram classificadas como deficiência física (INEP, 2024, p. 18–20). Esses números indicam não apenas um aumento efetivo na inserção desses estudantes na educação regular, mas também aprimoramento dos mecanismos de registro e identificação, além do impacto direto das políticas que incentivaram a inclusão nas classes comuns.

No âmbito estadual, o Rio Grande do Norte acompanha essa tendência nacional. Relatórios e notas técnicas recentes indicam crescimento significativo das matrículas de estudantes da educação especial na rede estadual, chegando a aumentar 52,1% em levantamentos divulgados em 2024 (GOVERNO DO RN, 2024, p. 3–4); (UNDIME RN, 2024, p. 2). Esse avanço está relacionado à ampliação do Atendimento Educacional Especializado, à instalação de salas de recursos multifuncionais e às ações continuadas de formação docente. Contudo, é importante destacar que dados mais detalhados sobre tipos específicos de deficiência dependem da consulta do microdados do Censo Escolar ou às análises técnicas completas disponibilizadas pelo INEP, uma vez que os relatórios estaduais apresentam informações de forma agregada.

Dessa forma, a educação inclusiva para crianças com paralisia cerebral, especialmente na educação infantil, depende de um conjunto articulado de fatores que vão desde a consolidação normativa até a efetivação das práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Observa-se que o Brasil dispõe de um arcabouço legal consistente, atualizado e alinhado aos princípios internacionais de inclusão; contudo, sua implementação ainda demanda investimentos contínuos, formação docente qualificada e superação de barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas.

A partir da revisão bibliográfica reflexiva e da análise documental produzida para este estudo, torna-se evidente que práticas como o currículo funcional, o planejamento individualizado, o uso de tecnologias assistivas e a articulação entre ensino regular e AEE são fundamentais para garantir o direito de aprender, brincar e participar plenamente. Assim, as discussões aqui apresentadas contribuem para a compreensão dos desafios e possibilidades da inclusão de crianças com paralisia cerebral na educação infantil e fundamentam os capítulos seguintes deste trabalho, que abordarão a metodologia utilizada, os resultados encontrados nas bases pesquisadas e as implicações desses achados para as práticas pedagógicas inclusivas.

1.1 Problemática

A construção da problemática deste trabalho surgiu ainda no início do curso de licenciatura em pedagogia, ocasionado pelo interesse crescente na área de educação inclusiva e as vivências nas escolas. No terceiro período do curso, início dos estágios obrigatórios, ocorreram aproximações com a sala de aula e as crianças com deficiências. No estágio não obrigatório do Ensino Fundamental I vivenciou-se uma experiência como auxiliar de uma aluna do 4º ano, ela tinha 10 anos de idade, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Não havia ainda cursado a disciplina de Educação Especial e Inclusiva, o que gerou desafios e inseguranças devido a falta de formação específica e de informações acerca de temáticas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o próprio autismo. A atuação nesta escola, na condição de auxiliar estagiária de sala, estendeu-se por aproximadamente dois anos, período em que foi possível acompanhar de forma contínua o desenvolvimento de crianças com deficiência.

Essa vivência despertou uma profunda identificação com a área da Educação Especial e Inclusiva, consolidando o interesse pelo Atendimento Educacional Especializado. Em 2019, uma nova experiência foi vivenciada com três crianças com necessidades educacionais especiais, também em uma turma do 4º ano, o que reforçou o desejo de aprofundar os estudos nessa temática.

Durante o estágio realizado em 2021, nas participações de reuniões pedagógicas, planejamentos escolares e até mesmo em conversas informais, observou-se que a deficiência física — especialmente a paralisia cerebral - PC — era frequentemente confundida com doenças ou com outras deficiências, como microcefalia e paralisia infantil. Tais situações evidenciam a carência de formação e informação adequadas sobre o tema, bem como a urgência em promover discussões mais amplas e fundamentadas acerca da paralisia cerebral no contexto educacional.

Concomitantemente aos estágios, no decorrer da graduação foi cursada disciplinas: Educação Especial e Inclusiva, Libras, Práticas Pedagógicas da Educação, que fundamentam conhecimentos teóricos sobre a Educação Inclusiva

e as pessoas com deficiência. Além da participação no GEPEIA- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva e Acessibilidade, e EDUCLIN - Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação da Infância, Cultura, Currículo e Linguagem, grupos de pesquisa e extensão que propiciaram a ampliação de conhecimentos e práticas em consonância com os componentes curriculares estudados ao longo do curso, consolidando a participação nesses grupos com produções acadêmicas e a apresentação de seus resultados em eventos e congressos educacionais acadêmicos a exemplo SEMIC e CONEDU, abordando temáticas Currículo, Práticas inclusivas e AEE, e políticas educacionais e da pessoa com deficiência, voltadas às áreas de educação infantil e educação especial e inclusiva.

Toda grade curricular do curso contribuiu para uma formação integral e diversificada de conhecimentos teóricos e práticos em especial é possível ressaltar o impacto de duas disciplinas, foram elas: Educação Especial e Inclusiva e Práticas pedagógicas da educação que moldaram um olhar sensível possibilitando expandir conhecimentos teóricos e aprimorar, os estágios também propiciaram o enriquecimento e aplicação dessas práticas aprendidas nas disciplinas no curso de licenciatura em pedagogia. E foi em uma experiência de estágio e a convivência diária com uma criança com paralisia cerebral da turma do pré I em uma instituição de ensino infantil no município de Natal/RN que desencadeou a curiosidade sobre a criança com Paralisia cerebral e quais são as práticas adotadas pela instituição de ensino infantil? para garantir a inclusão e permanência dessa criança com deficiência no espaço escolar de maneira efetiva?

Esse cenário foi determinante para a definição da temática desta pesquisa, para a formulação do problema de pesquisa e para a delimitação do objeto de estudo.

Diante do contexto citado acima surgiram os questionamentos: Quais são os desafios da prática inclusiva na educação infantil relatada pelos professores na literatura? Que ferramentas eles têm adotado para auxiliar na efetivação das práticas pedagógicas para com a criança com paralisia cerebral? De que forma as práticas pedagógicas foram adaptadas para incluir as crianças com PC? E quais foram os resultados e contribuições no processo de integração da criança com PC

na rotina diária na educação infantil?

1.2 Objeto e objetivos da pesquisa

Este trabalho tem como objeto de estudo as práticas pedagógicas inclusivas para crianças com paralisia cerebral. Sendo o objetivo geral: Investigar, a partir da literatura científica, as práticas pedagógicas inclusivas adotadas para com a criança com paralisia cerebral na educação infantil, buscando compreender suas contribuições, potencialidades e desafios no processo de ensino, aprendizagem e inclusão.

Quanto aos objetivos específicos: 1. Compreender os fundamentos teóricos e legais que sustentam a educação inclusiva na educação infantil; 2. Mapear os desafios na implementação de práticas pedagógicas inclusivas para a criança com paralisia cerebral na educação infantil; 3. Refletir sobre estratégias e possibilidades pedagógicas que favoreçam a inclusão plena da criança com paralisia cerebral na rotina escolar.

2 ABORDAGEM TEÓRICO E METODOLÓGICO

Temos ancorado nos teóricos que discutem infância, desenvolvimento e aprendizagem, sendo esses Vygotsky (1978), Bauman, (2001), (Laraia, 2001). Vygotsky afirma que o desenvolvimento social e cognitivo das crianças é profundamente influenciado pelas interações que elas têm em seus primeiros anos de vida (Vygotsky, 1978). Mostrando que durante a infância, é fácil para uma criança sentir-se excluída, rejeitada e insegura, especialmente quando está tendo suas primeiras experiências fora de sua zona de conforto, normalmente em casa com a família. Os primeiros anos de vida e os eventos que ocorrem durante esse período são, na maioria dos casos, determinantes na formação da personalidade e das habilidades sociais da criança.

Zygmunt Bauman destaca que as estruturas sociais e culturais são construções que moldam as percepções e comportamentos dos indivíduos dentro de uma sociedade (Bauman, 2001). A sociedade é moldada por padrões culturais, históricos e sociais que influenciam os comportamentos humanos desde os primórdios até a atualidade. Da mesma forma, Roque de Barros Laraia enfatiza que a cultura é um sistema de significados compartilhados que guia a conduta humana (Laraia, 2001). Essas influências são cruciais para compreender como a inclusão de crianças com deficiência é percebida e implementada nas instituições de ensino.

Conforme explicam Bogdan e Biklen (1994), essa forma de investigação envolve a organização dos dados em unidades de significado construídas pelo pesquisador, num processo indutivo e progressivo: “o investigador acumula dados que depois organiza em categorias, temas ou unidades de significado, num processo indutivo que envolve leituras repetidas e crescente familiaridade com o material” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 48). Assim, a natureza qualitativa desta pesquisa possibilita aprofundar a compreensão das práticas pedagógicas inclusivas a partir de múltiplas fontes e interpretações.

Quanto ao delineamento metodológico, trata-se de um estudo bibliográfico reflexivo, desenvolvido a partir da análise crítica de obras, artigos científicos,

pesquisas e documentos relacionados ao campo da educação inclusiva e da paralisia cerebral.

A revisão bibliográfica, nesta perspectiva, não se limita à descrição de conteúdos já publicados; ela exige interpretação rigorosa, comparação entre autores, retorno constante aos materiais e produção de sentidos fundamentados teoricamente. Embora Bogdan e Biklen (1994) não utilizem a expressão “pesquisa bibliográfica reflexiva”, os autores descrevem processos que a sustentam conceitualmente, afirmando que o trabalho qualitativo demanda “um processo contínuo de reflexão sobre os dados, de fazer perguntas, verificar novamente, comparar e reconsiderar o que se sabe” (p. 50).

Além da literatura especializada, o estudo incorpora elementos de pesquisa documental, pois inclui a análise de legislações, orientações oficiais e documentos institucionais que estruturam as políticas e práticas de educação inclusiva no Brasil. Bogdan e Biklen (1994) ressaltam que os documentos são materiais essenciais para compreender práticas e culturas institucionais: “os documentos permitem ao investigador recolher informações sobre o contexto, oferecendo dados que ajudam a compreender a cultura, as práticas e o funcionamento de uma instituição ou grupo” (p. 134). Dessa forma, foram examinados documentos como a Constituição Federal, a Lei Brasileira de Inclusão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) assim como o Decreto n.º 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2005), entre outros. Esses materiais contribuíram para situar historicamente e politicamente as condições de formação docente e de atendimento às crianças com paralisia cerebral.

A coleta de informações foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos legais, utilizando os seguintes descritores: Para a realização da pesquisa utilizamos as plataformas: BDTD, CAPES Google Acadêmico, SciELO, Revistas eletrônicas de educação especial: RBEE e REE. Definimos como critérios de seleção dos trabalhos: 1. atualidade: preferência por publicações dos últimos 10 anos, exceto para obras clássicas e referências fundamentais da área, com o recorte temporal de 2015 a 2025; 2. Relevância: obras que abordem práticas pedagógicas inclusivas, paralisia

cerebral, educação infantil ou inclusão escolar; 3. Credibilidade: autores renomados na área de educação e saúde, periódicos científicos indexados e documentos oficiais do governo e de organismos internacionais (como UNESCO e MEC).

Quanto à análise documental foram utilizadas fontes legais e normativas também, incluindo a Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Base (1996), Lei Brasileira de Inclusão (2015), Base Nacional Comum Curricular (2018) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Decreto n.º 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025) de modo a integrar fundamentos legais e pedagógicos no estudo.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise qualitativa conforme descrita por Bogdan e Biklen, pautada pelo caráter indutivo, interpretativo e recursivo do processo analítico. As informações obtidas nas leituras e documentos foram organizadas em categorias temáticas construídas ao longo da investigação, permitindo identificar concepções de inclusão, estratégias pedagógicas, desafios da prática docente e relações entre políticas públicas e cotidiano escolar.

Em consonância com Bogdan e Biklen (1994), a análise foi realizada simultaneamente ao processo de leitura e seleção dos materiais, visto que, na investigação qualitativa, “os dados são analisados à medida que vão sendo recolhidos e a interpretação é continuamente revista e aperfeiçoada” (p. 49).

Desse modo, a combinação entre abordagem qualitativa, estudo bibliográfico reflexivo e análise documental permitiu elaborar uma interpretação coerente e fundamentada sobre as práticas inclusivas no contexto da educação infantil, favorecendo uma compreensão aprofundada, contextualizada e crítica das práticas pedagógicas inclusivas voltadas às crianças com paralisia cerebral; ainda, contribuindo para uma visão ampla e crítica sobre as necessidades e potencialidades das crianças com paralisia cerebral e sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da inclusão escolar.

A organização dos trabalhos em eixos temáticos permitiu identificar quais práticas pedagógicas inclusivas têm sido mais exploradas na literatura, bem como evidenciar lacunas e áreas pouco investigadas. Essa categorização sistemática facilita a interpretação crítica, permite a síntese das informações e

oferece subsídios para futuras pesquisas e intervenções educacionais voltadas à inclusão de crianças com paralisia cerebral na educação infantil.

Por fim após analisar os 18 trabalhos selecionados apenas 4 trabalhos estavam diretamente relacionados ao tema: Práticas Pedagógicas Inclusivas para a criança com paralisia cerebral na educação infantil, sendo dois artigos científicos na Revista Brasileira de Educação Especial e duas dissertações de mestrado no repositório de dissertações e teses CAPES. Logo abaixo a tabela expõe os dados tabulados da pesquisa.

QUADRO 1 – Quadro da categorização dos trabalhos selecionados e analisados

Nº	AUTOR/NATUREZA DO TRABALHO/ REVISTA/ ANO:	PRINCIPAIS ACHADOS
----	--	--------------------

1	CARVALHO, SCHMIDT, 2021 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● As práticas são simples, mas exigem planejamento e organização adequados; ● A condução intencional das atividades escolares é essencial; ● Essas ações promovem o pleno desenvolvimento de crianças com deficiência.
2	ALONSO, 2016 DISSERTAÇÃO CAPES	● Há esforços das professoras para incluir o aluno público-alvo da educação especial e favorecer sua aprendizagem; ● Persistem dificuldades para uma inclusão efetiva, como falta de formação específica, pouco apoio institucional e ausência de professor especialista; ● São necessários maior planejamento, apoio da família e promoção de interações entre professor, alunos e o aluno público-alvo da educação especial.
3	SILVA, CUNHA, PFEIFER, 2016 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● Os índices de concordância variaram conforme as categorias avaliadas, com destaque para o alto interesse pelo ambiente sensorial e pelas atividades lúdicas; ● Os instrumentos mostraram-se eficazes para identificar o comportamento lúdico de crianças com paralisia cerebral e auxiliar no planejamento terapêutico; ● Constatou-se que crianças com PC, independentemente da gravidade motora, demonstram interesse e atitude para o brincar, em consonância com o Modelo Lúdico.

1	CARVALHO, SCHMIDT, 2021 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● As práticas são simples, mas exigem planejamento e organização adequados; ● A condução intencional das atividades escolares é essencial; ● Essas ações promovem o pleno desenvolvimento de crianças com deficiência.
4	EVARISTO,ALMEIDA 2016 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● Pais e professores foram orientados a utilizar o sistema de comunicação alternativa em casa e na escola; ● A coleta de dados ocorreu ao longo de aproximadamente sete meses; ● Observou-se aumento das habilidades comunicativas do aluno com paralisia cerebral e maior compreensão, por parte da família e da professora, sobre a importância do sistema para o ensino e a aprendizagem.
5	ROCHA, DESIDÉRIO, MASSARO, 2018 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● O parque escolar não é acessível para crianças com paralisia cerebral, embora elas participem com apoio de professores e cuidadores; ● A falta de adequação dos equipamentos recreativos dificulta o desempenho nas atividades; ● É necessária a formação dos profissionais e a adaptação do parque, garantindo acessibilidade e segurança conforme o Desenho Universal.

1	CARVALHO, SCHMIDT, 2021 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● As práticas são simples, mas exigem planejamento e organização adequados; ● A condução intencional das atividades escolares é essencial; ● Essas ações promovem o pleno desenvolvimento de crianças com deficiência.
6	CODGNO, BRACCIALI, BRACCIALI, 2018 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● Todos os participantes apresentaram dificuldades na realização do traçado; ● O mobiliário adequado influenciou o pico de velocidade vertical e o tempo de execução da atividade; ● Conclui-se que o mobiliário apropriado pode melhorar a destreza manual de alunos com paralisia cerebral.
7	LINO, MARTINEZ,BOUERI, LOURENÇO,2020 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● O uso de recursos de Tecnologia Assistiva potencializa a autonomia e a independência da criança com paralisia cerebral; ● Evidencia-se a efetividade desses recursos; ● Os achados corroboram a literatura existente.
8	MIRANDA,SILVEIRA RECH, VIDOR, 2021 REVISÃO DE LITERATURA RBEE	● Todos os estudos identificaram melhorias nas habilidades comunicativas das crianças; ● As melhorias ocorreram independentemente do recurso ou modo de acesso utilizado; ● Os métodos de comunicação aumentativa e/ou alternativa mostraram-se benéficos para crianças com paralisia cerebral.
9	ALMEIDA, 2018 DISSERTAÇÃO CAPES	● Os recursos de Tecnologia Assistiva (TA), baseados no Desenho Universal, foram utilizados na classe comum e contribuíram para maior dinamismo e aprendizado de todos os alunos; ● Para algumas atividades, especialmente de leitura e escrita, foi necessário implementar recursos de TA específicos para a aluna com paralisia cerebral; ● O estudo evidenciou que a implementação e avaliação de recursos de TA promovem independência, autonomia e facilitam a

1	CARVALHO, SCHMIDT, 2021 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● As práticas são simples, mas exigem planejamento e organização adequados; ● A condução intencional das atividades escolares é essencial; ● Essas ações promovem o pleno desenvolvimento de crianças com deficiência.
		escolarização de alunos com paralisia cerebral.
10	SANCHEZ, 2018 DISSERTAÇÃO CAPES	● Não foi identificada relação direta entre funcionalidade e qualidade de vida (QV) das alunas com paralisia cerebral; ● A percepção geral sobre a QV foi positiva, embora houvesse divergências entre mãe e filha em alguns domínios; ● As alunas mostraram satisfação com as adaptações e assistências escolares, podendo participar ativamente das atividades; ● A QV deve ser analisada considerando todo o contexto diário da pessoa com PC, permitindo estratégias para melhorar sua funcionalidade e qualidade de vida.
11	SILVEIRA, 2015 DISSERTAÇÃO CAPES	● A maioria dos pais se mostrava satisfeita com o trabalho desenvolvido com seus filhos, apesar da pouca ou nenhuma articulação com os professores do AEE e da classe comum; ● Professores da classe comum reconheciam melhorias nos alunos PAEE, mas havia pouca comunicação ou colaboração com as professoras da SRM; ● As professoras da SRM mantinham contato limitado com outros profissionais e priorizavam comunicação com os pais, utilizando estratégias comuns como brincadeiras livres, alfabetização pelo nome próprio e jogos pedagógicos.
12	ALMEIDA, 2015	● Práticas pedagógicas bem conduzidas pelo

1	CARVALHO, SCHMIDT, 2021 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● As práticas são simples, mas exigem planejamento e organização adequados; ● A condução intencional das atividades escolares é essencial; ● Essas ações promovem o pleno desenvolvimento de crianças com deficiência.
	DISSERTAÇÃO CAPES	professor são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil; ● Tais práticas contribuem para a consolidação da inclusão escolar nessa etapa de ensino.
13	BORGES, 2015 DISSERTAÇÃO CAPES	● Não houve mudanças significativas na quantidade, frequência e duração dos encontros entre participantes e familiares do aluno PAEE, mas ocorreram melhorias na qualidade das interações, com maior foco em aspectos positivos e progressos do aluno; ● Barreiras e fatores prejudiciais à relação tendem a diminuir, e o programa contribuiu para estratégias de contato e fortalecimento do vínculo família-escola; ● Todas as participantes relataram satisfação com os encontros, perceberam auxílio em sua prática docente, e a maioria percebeu mudanças positivas no relacionamento com os familiares, indicando potencial do programa para intervenções e formação docente.
14	ALMEIDA, GONÇALVES, 2017 Artigo Científico REE	● Recursos de Tecnologia Assistiva (TA), baseados no Desenho Universal, foram utilizados na classe comum, contribuindo para maior dinamismo e aprendizado de todos os alunos; ● Para algumas atividades, especialmente de leitura e escrita, foi necessário implementar recursos de TA específicos para a aluna com paralisia cerebral;

1	CARVALHO, SCHMIDT, 2021 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● As práticas são simples, mas exigem planejamento e organização adequados; ● A condução intencional das atividades escolares é essencial; ● Essas ações promovem o pleno desenvolvimento de crianças com deficiência.
		● O estudo evidenciou que a implementação e avaliação de recursos de TA promovem independência, autonomia e facilitam a escolarização de alunos com paralisia cerebral.
15	QUITERIO, GERK, NUNES, 2017 Artigo Científico REE	● Frequência adequada de comportamentos foi observada nas subclasses Assertividade, Autocontrole e Expressividade Emocional; ● Frequência parcial foi identificada em Habilidades Básicas, Empatia, Fazer Amizades e Habilidades Sociais Acadêmicas; ● Baixa frequência foi observada em Civilidade e Solução de Problemas Interpessoais, indicando necessidade de Treinamento de Habilidades Sociais para pessoas com paralisia cerebral.
16	MATRIGANI M. QUEIROZ, BRACCIALLI, 2016 ARTIGO CIENTÍFICO REE	● Existe relação entre a funcionalidade no ambiente escolar e o nível de comprometimento da função motora grossa em alunos com paralisia cerebral; ● A habilidade manual também está relacionada à funcionalidade escolar desses alunos.
17	PINTO, GONZAGA, LOURENÇO, 2022 Revisão de literatura RBEE	● Cada artigo analisado contribuiu para a compreensão da complexidade da educação de pessoas com paralisia cerebral (PC), oferecendo diferentes discussões sobre o tema; ● É fundamental que as escolas reconheçam as potencialidades dos alunos com PC, adotem planejamento e metodologias adequadas para

1	CARVALHO, SCHMIDT, 2021 ARTIGO CIENTÍFICO RBEE	● As práticas são simples, mas exigem planejamento e organização adequados; ● A condução intencional das atividades escolares é essencial; ● Essas ações promovem o pleno desenvolvimento de crianças com deficiência.
		favorecer seu desenvolvimento e aprendizagem; ● Há necessidade de estudos que proponham e descrevam boas práticas, inspirando ações inclusivas eficazes em todos os níveis de ensino e garantindo participação ativa dos alunos.
18	PINHEIRO, XAVIER, PEREIRA, 2024 ARTIGO CIENTÍFICO CAPES	● Manutenção e ampliação dos serviços educacionais, assegurando atendimento de qualidade aos educandos e condições adequadas de trabalho aos profissionais da educação. ● Garantia de infraestrutura e recursos pedagógicos suficientes, complementando a criatividade, o conhecimento e o empenho das educadoras para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem. ● Fortalecimento da parceria com as famílias, reconhecendo-as como agentes essenciais no desenvolvimento integral das crianças.

FONTE: Elaborado pela Autora, 2025.

Por tanto se torna evidente a necessidade da busca da publicação de novas fontes de conhecimento não apenas sobre a Paralisia Cerebral, mas também sobre como a escola tem recebido e atendido esses alunos, bem como suas práticas diante de seus conhecimentos e reflexões.

3 REFLETINDO OS CONCEITOS

Compreender as particularidades e características da criança com PC no contexto escolar; sua Inclusão, desenvolvimento e acompanhamento nessa primeira fase de sua formação educacional e social, são fatores consideráveis para a análise das práticas pedagógicas e abordagens utilizadas no processo formativo da criança com deficiência e do objeto de estudo deste trabalho: a criança com paralisia cerebral na educação infantil. As práticas inclusivas não dizem respeito apenas a trazer o aluno com deficiência para o espaço escolar, mas se trata de mantê-lo, assegurar sua permanência, por meio da acessibilidade tornando o espaço seguro, disponível para atender e suprir as necessidades desse aluno, tornando sua experiência o mais confortável possível física e emocionalmente falando. E para isso, destaque-se a importância de delinear os conceitos que temos firmados para essa escrita, assim destacamos os conceitos de criança, infância e educação infantil, como também as nomenclaturas atuais quando se trata das crianças com PC, e seguindo dos conceitos de práticas pedagógicas e educação inclusiva.

3.1 Crianças, Infâncias e Educação Infantil

Historicamente, como apontado por Philippe Ariès (2012) em seus estudos seminais, a criança era vista como um "mini adulto", sem direitos específicos ou um período de desenvolvimento singular. A Sociologia da Infância, História e Psicologia do Desenvolvimento tem o entendimento de "criança" e "infância" que transcende a mera faixa etária biológica. No Brasil, uma visão assistencialista e, por vezes, negligente, perdurou por séculos. Apenas a partir de meados do século XX, e consolidado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a criança passou a ser reconhecida legalmente como sujeito de direitos e protagonista do seu próprio desenvolvimento.

A psicologia do desenvolvimento, com teóricos como Jean Piaget, reforça a infância como um período único e fundamental de transformações físicas, emocionais e cognitivas, essencial para a formação do indivíduo. A sociologia da

infância, por sua vez, enfatiza a criança como um ator social e produtor de culturas infantis, e não apenas um ser passivo que recebe a educação dos adultos. A infância é compreendida como uma categoria social e uma construção histórica, cujos significados variam drasticamente conforme a época e a cultura.

A infância é uma “categoria geracional” uma classe à qual pertencem os humanos de uma certa idade – mas, também um grupo social composto por sujeitos com características próprias – as crianças – que vivem e agem no mundo e deixam suas marcas, produzem modos próprios de ser e estar no mundo, de entender, de agir, de pensar, de sentir, de dizer. (Lopes, Urbana, 2012, p.3)

As crianças no percurso dos séculos foram ganhando mais espaço e direitos, e a escola é mais um espaço que a recebe e é também transformado por suas presenças, então refletir e compreender essa educação para criança se torna necessário, reafirmando a importância da educação como espaço com ferramentas pertinentes para a inclusão da criança na sociedade, e para seu desenvolvimento individual como cidadão consciente de seus direitos e deveres enquanto atuante na mesma. E tudo isso começa na infância, na primeira etapa dessa extensa e contínua jornada que se inicia na educação infantil.

Essa educação é também um movimento que se constrói coletivamente, compreendendo o outro e suas particularidades, culturas, costumes, comportamentos, necessidades, aprendendo a respeitar o outro e promovendo de forma mútua valores como tolerância, respeito e solidariedade, de forma lúdica e em uma linguagem acessível considerando a realidade das crianças. Então, compreendemos que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Brasil,1996,)

Pensar em educação infantil para as crianças - e a partir das crianças - é pensar na criança integralmente e suas singularidades, entendendo que essas diferentes crianças aprenderão de modos diferentes também, logo as práticas pedagógicas - e o currículo - que permeia esse espaço é singular mas integral e

diverso. A diversidade de fazeres e experiências, estão previstos nas práticas da educação infantil (Brasil, 2009), permeando propostas para explorar o espaço, corpo e sentimentos:

[...] na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. (Brasil, 2018, p.40)

É preciso, no entanto, reconhecer também a complexidade da Paralisia Cerebral, que afeta principalmente a mobilidade e motricidade das crianças com PC, tornando-se indispensável um olhar sensível e práticas adaptadas que objetivem atender as necessidades dessas crianças. Tendo em vista tais necessidades que são variantes de acordo com o laudo e quadro clínico, faixa etária, nível de desenvolvimento, fatores afetivos, familiares e toda influência interna e externa dessa criança. Práticas inclusivas precisam ser adotadas nessa etapa de ensino, é preciso evidenciar que, ser uma pessoa com deficiência não a torna um cidadão à parte, nem à margem da sociedade.

3.2 Reconhecendo a Criança com Paralisia Cerebral

A análise de dados qualitativos no campo da educação requer uma abordagem que valorize a interpretação, a subjetividade e o contexto sociocultural no qual os fenômenos se desenvolvem. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa caracteriza-se pela busca dos significados atribuídos pelos participantes às suas experiências, pelo estudo dos fenômenos em ambientes naturais e pela análise indutiva dos dados. Assim, a articulação entre pesquisa bibliográfica, documental e análise qualitativa possibilita uma compreensão aprofundada das práticas pedagógicas inclusivas e de suas implicações para crianças com deficiência, especialmente aquelas com paralisia cerebral.

A pesquisa bibliográfica reflexiva examina criticamente a produção científica existente, permitindo identificar avanços, lacunas e perspectivas teóricas relevantes. Lakatos e Marconi (2010) afirmam que esse tipo de pesquisa fundamenta a reelaboração conceitual e analítica do pesquisador, o que é essencial quando se investigam práticas pedagógicas inclusivas para crianças com paralisia cerebral na educação infantil. Já a pesquisa documental, pautada no exame de legislações e diretrizes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, permite compreender como os marcos legais organizam e orientam a inclusão escolar.

A análise qualitativa desses documentos, fundamentada nos procedimentos de codificação, categorização e interpretação propostos por Bogdan e Biklen (1994), revela tensões entre o que está previsto em lei e o que se efetiva na prática cotidiana. Essa análise deve considerar as especificidades clínicas e pedagógicas das crianças com paralisia cerebral, uma vez que essa condição neurológica apresenta características complexas que impactam diretamente o desenvolvimento e a aprendizagem.

A paralisia cerebral é definida como um conjunto de distúrbios permanentes do movimento e da postura decorrente de uma lesão não progressiva no cérebro em desenvolvimento (Rosenbaum et al., 2007). Em sua forma espástica, historicamente conhecida como “Doença de Little” ou “Síndrome de Little”, há predominância de hipertonia muscular e espasticidade, que podem comprometer severamente o controle motor (Little, 1862). Embora o termo “Little” tenha se tornado menos comum na literatura atual, permanece relevante no campo clínico para referir-se às manifestações espásticas clássicas da paralisia cerebral, especialmente quando há rigidez muscular acentuada, reflexos exacerbados e dificuldades de mobilidade global.

Essas manifestações podem incluir espasticidade em membros superiores e inferiores, deformidades ortopédicas secundárias, dificuldades de coordenação motora, limitações no equilíbrio e na marcha, além de possíveis associações com distúrbios sensoriais, epilepsia e alterações na fala e na linguagem. Tais características influenciam significativamente a participação da criança nas rotinas

da educação infantil, exigindo práticas pedagógicas adaptadas, apoio postural, comunicação alternativa quando necessário, e organização de atividades que respeitem períodos de repouso e fadiga muscular.

No ambiente escolar, estratégias como adequação de materiais, adaptações no mobiliário, uso de recursos de tecnologia assistiva, mediação constante e práticas sensoriais planejadas favorecem a autonomia e a participação. A articulação entre professores, profissionais da saúde, famílias e demais membros da equipe escolar torna-se indispensável para garantir uma inclusão efetiva que considere tanto as necessidades clínicas quanto às potencialidades cognitivas, afetivas e sociais da criança.

A análise integrada das fontes bibliográficas, documentais e empíricas demonstra que a inclusão da criança com paralisia cerebral, incluindo aquelas com manifestações típicas descritas por Little, não se reduz ao acesso formal à escola. Ela envolve a construção de práticas pedagógicas fundamentadas, sensíveis e colaborativas, que reconheçam a singularidade do desenvolvimento infantil nessa condição neurológica. Nesse sentido, a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas demanda compromisso ético, conhecimento especializado e contínua interlocução entre teoria e prática, assegurando que cada criança, independentemente de suas limitações motoras ou sensoriais, seja reconhecida como sujeito de direitos, capaz de aprender, participar e construir sentidos sobre o mundo.

Souza (2005) afirma que o processo de aprendizagem da criança com paralisia cerebral deve considerar suas potencialidades, e não se restringir às limitações motoras. Para a autora, o trabalho educativo precisa integrar saberes da saúde e da educação, promovendo uma ação interdisciplinar entre professores, terapeutas e famílias, com vistas ao desenvolvimento global da criança.

Os estudos clássicos de Bobath (1975) também são referência na área da reabilitação e do entendimento do desenvolvimento motor infantil. O método Bobath, amplamente utilizado por fisioterapeutas, propõe estratégias de estimulação motora e sensorial que, quando integradas às práticas pedagógicas, podem favorecer o envolvimento e a autonomia da criança com paralisia cerebral no ambiente escolar.

Desse modo, compreender as características da paralisia cerebral é essencial para que o professor planeje estratégias pedagógicas inclusivas, adapte o ambiente e promova condições de aprendizagem acessíveis e significativas.

3.3 Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas

A educação desempenha um papel fundamental na formação humana e, nesse sentido, a inclusão escolar vai além da simples inserção da criança com deficiência na escola. É necessário que o ambiente educativo esteja organizado de forma a favorecer a adaptação, a participação e o pertencimento, garantindo que a criança se sinta parte do espaço e vivencie experiências significativas para o seu desenvolvimento. Incluir significa assegurar condições pedagógicas, afetivas e estruturais que permitam à criança com paralisia cerebral interagir, aprender e desenvolver suas potencialidades com dignidade e equidade.

Além da revisão da literatura especializada, esta pesquisa incorporou procedimentos de pesquisa documental, considerando que a análise de legislações e políticas públicas é fundamental para compreender o arcabouço normativo que orienta as práticas inclusivas no Brasil. Conforme Bogdan e Biklen (1994), “os documentos permitem ao investigador recolher informações sobre o contexto, oferecendo dados que ajudam a compreender a cultura, as práticas e o funcionamento de uma instituição ou grupo” (p. 134). Dessa forma, foram examinados documentos como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e o Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, os quais fundamentam a oferta de um ensino que respeite a diversidade e garanta o atendimento adequado às crianças com paralisia cerebral.

No contexto da educação infantil, a ludicidade se destaca como um elemento essencial para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. O brincar constitui a linguagem própria da infância e atua como meio privilegiado para construção de conhecimentos, expressão de emoções e socialização. Kishimoto (2010) afirma que

o brincar “atua como uma forma de expressão, comunicação e socialização da criança, contribuindo para o seu desenvolvimento integral” (p. 43). Assim, jogos, brincadeiras simbólicas, atividades motoras e exploração sensorial podem ser planejados com adaptações que garantam à criança com paralisia cerebral a participação ativa no cotidiano escolar.

A interação social também assume papel central no processo de aprendizagem, especialmente para crianças com deficiência. Vygotsky (1997) destaca que o desenvolvimento infantil é mediado pelas relações sociais e que “aquilo que a criança consegue fazer hoje com ajuda, amanhã será capaz de realizar sozinha” (p. 87). Nesse sentido, organizar atividades em duplas, pequenos grupos e rodas de conversa, bem como promover interações intencionais entre crianças com e sem deficiência, contribui para superar barreiras atitudinais e possibilita aprendizagens mais significativas.

Práticas inclusivas na educação infantil para crianças com paralisia cerebral também envolvem o uso de instrumentos pedagógicos como o currículo funcional, o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) e o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). O currículo funcional orienta o ensino a partir de habilidades práticas e significativas para a vida cotidiana da criança, considerando suas necessidades reais. De acordo com Rosa e Silva (2018), esse tipo de currículo “considera as potencialidades da criança e prioriza habilidades que favorecem autonomia, participação social e independência” (p. 59). Para crianças com paralisia cerebral, isso pode incluir atividades relacionadas à comunicação alternativa, ao uso de objetos do cotidiano, à mobilidade com apoio e ao desenvolvimento motor funcional.

O PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) por sua vez, organiza ações institucionais voltadas à acessibilidade, formação docente e planejamento colaborativo, enquanto o PDI (Plano de Desenvolvimento Individualizado) detalha metas específicas de aprendizagem para cada estudante, considerando suas características e potencialidades. Mendes (2010) explica que o PDI “permite ao professor definir objetivos individualizados, monitorar avanços e ajustar intervenções

conforme a evolução da criança” (p. 112). Assim, o PDI torna-se ferramenta essencial para garantir que a criança com paralisia cerebral tenha um percurso educativo planejado, monitorado e adaptado conforme suas necessidades.

Outro componente indispensável às práticas inclusivas é o uso de tecnologias assistivas, que ampliam as possibilidades de participação da criança nas atividades escolares. Bersch (2017) define tecnologia assistiva como “todo recurso ou serviço que contribui para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais das pessoas com deficiência” (p. 21). Na educação infantil, isso inclui brinquedos adaptados, pranchas de comunicação alternativa, mobiliários ajustáveis, aplicativos educativos acessíveis e materiais multissensoriais. Quando articuladas ao brincar e ao planejamento pedagógico, essas tecnologias favorecem a autonomia e permitem que a criança esteja envolvida nas mesmas experiências que seus colegas, com os apoios necessários.

As práticas pedagógicas inclusivas, portanto, exigem um conjunto integrado de ações que envolvem ludicidade, interação social, planejamento individualizado, uso de tecnologias assistivas e adequações curriculares significativas. Tais ações não apenas promovem a aprendizagem da criança com paralisia cerebral, mas contribuem para a construção de uma escola equitativa, democrática e centrada no desenvolvimento humano. A inclusão, nesse sentido, deve ser entendida como um processo contínuo, que demanda compromisso institucional, formação docente, flexibilidade pedagógica e respeito às singularidades de cada criança.

A formação docente constitui elemento indispensável ao desenvolvimento de práticas inclusivas eficazes. Mantoan (2006) aponta que a inclusão não se realiza apenas por meio de recursos ou regulamentos, mas exige professores preparados, capazes de compreender as singularidades dos estudantes e de planejar estratégias diversificadas de ensino. A formação inicial e continuada deve contemplar estudos sobre desenvolvimento infantil, deficiência, acessibilidade pedagógica, comunicação alternativa, uso de tecnologias assistivas e colaboração interdisciplinar. Além disso, é necessário fomentar posturas éticas e reflexivas, que valorizem a escuta sensível, a educação pelo cuidado e a construção coletiva de práticas inovadoras. Dessa

forma, os docentes tornam-se mediadores de experiências significativas, articulando ludicidade, interação e planejamento pedagógico acessível em todas as dimensões da rotina escolar.

Ao considerar o conjunto dessas práticas, observa-se que a educação infantil apresenta inúmeros benefícios e possibilidades no processo de inclusão de crianças com deficiência, especialmente as crianças com paralisia cerebral. A convivência cotidiana com outras crianças amplia as oportunidades de comunicação, socialização e construção de vínculos afetivos; o ambiente lúdico favorece experimentações motoras e cognitivas; e o planejamento pedagógico inclusivo contribui para o desenvolvimento integral, fortalecendo habilidades funcionais relevantes para a autonomia. Além disso, quando a escola assume compromisso com a diversidade, promove atitudes de respeito e cooperação, formando sujeitos mais conscientes e solidários. Assim, a educação infantil não apenas acolhe a criança com paralisia cerebral, mas oferece condições concretas para seu desenvolvimento, sua participação e seu reconhecimento enquanto sujeito pleno de direitos.

Foram analisados documentos legais e normativos de relevância nacional, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura o direito à educação em igualdade de condições; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que orientam princípios, fundamentos e procedimentos para a oferta dessa etapa educacional. Também foram examinados documentos específicos da área da educação especial, entre eles o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Esse decreto estabelece o direito dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação a um sistema educacional inclusivo, garantindo a oferta de serviços e recursos de educação especial de forma transversal em todos os níveis e modalidades, em igualdade de oportunidades e sem discriminação (arts. 1º a 4º).

A incorporação desse conjunto de legislações e orientações oficiais permitiu fundamentar a análise das práticas pedagógicas inclusivas voltadas às crianças com paralisia cerebral, situando o estudo no contexto das políticas públicas contemporâneas e evidenciando os avanços e desafios para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva no país.

A educação inclusiva tem se consolidado como uma das principais diretrizes das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas. Mais do que uma modalidade de ensino, ela representa um paradigma de transformação social e pedagógica, fundamentado no direito de todos à educação. Segundo Mantoan (2003) incluir significa reconhecer as diferenças como parte da condição humana e reorganizar a escola para atender às necessidades de cada estudante, e não o contrário.

De acordo com Werneck (1997), uma sociedade verdadeiramente inclusiva é aquela que não faz distinção entre pessoas com e sem deficiência, mas reconhece a diversidade como fonte de aprendizado coletivo. A autora afirma que a inclusão escolar demanda mudanças de atitude, formação docente contínua e revisão das práticas pedagógicas para eliminar barreiras atitudinais e estruturais. Sassaki (1999), por sua vez, amplia essa discussão ao definir a inclusão como um processo dinâmico de transformação da sociedade e de suas instituições, de modo a garantir a participação de todos os indivíduos nos diversos contextos sociais, educacionais e culturais. O autor destaca que a inclusão não é um ato isolado, mas um processo contínuo, que envolve políticas públicas, formação profissional e envolvimento comunitário.

No contexto da educação infantil, essas reflexões tornam-se especialmente relevantes, pois é nessa etapa que se estabelecem as bases do desenvolvimento cognitivo, emocional e social. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforça que todas as crianças têm direito a aprender e a conviver em ambientes que respeitem suas singularidades, enfatizando a importância do brincar, da interação e das experiências significativas como caminhos para o desenvolvimento integral. Na educação infantil, brincar é uma ferramenta potente.

A BNCC (2017) e a DCNEI (2009) orientam que o brincar deve ser o eixo estruturante das práticas pedagógicas, pois possibilita a interação, a experimentação

e a construção de conhecimentos. Assim, o professor deve assumir o papel de mediador das experiências, estimulando o desenvolvimento cognitivo, motor e social da criança com paralisia cerebral. Essas práticas devem ser acompanhadas de formação docente continuada, planejamento colaborativo e suporte institucional, conforme prevê a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e no decreto 12.686 (Brasil, 2025).

As práticas pedagógicas inclusivas consistem em ações intencionais e planejadas que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos no contexto escolar. Mantoan (2015) ressalta que essas práticas devem ser orientadas por princípios de equidade, respeito à diversidade e valorização das potencialidades de cada criança. Werneck (2012) complementa que uma escola inclusiva é aquela que flexibiliza o currículo e as metodologias, permitindo diferentes formas de participação e expressão. Para tanto, é fundamental o uso de materiais adaptados, tecnologias assistivas, comunicação alternativa e atividades lúdicas que respeitem o ritmo e as condições de cada estudante, alguns destes previsto na Política de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), que teve como objetivo incluir nos sistemas regulares de ensino educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação orientando as ações educacionais para acesso, participação e aquisição de aprendizagem.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (Brasil, 1996)

Compreende-se assim que as práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil devem transcender a simples presença física da criança com deficiência na escola. Trata-se de promover um em todas as dimensões da vida escolar. A

atuação docente, alicerçada no conhecimento teórico e na sensibilidade pedagógica, é o elo essencial para que a inclusão da criança com paralisia cerebral se concretize de forma plena, justa e transformadora.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Segundo a Associação Brasileira de Paralisia Cerebral (ABPC): “Há 17 milhões de pessoas em todo o mundo que vivem com paralisia cerebral (PC). Outras 350 milhões de pessoas estão intimamente ligadas a uma criança ou adulto com PC. É a deficiência física mais comum na infância.”

A paralisia cerebral descreve um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e postura atribuídas a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil, podendo contribuir para limitações no perfil de funcionalidade da pessoa. (Brasil, 2014).

Dados recentes do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo IBGE, trouxeram um panorama inédito sobre a prevalência do TEA no país, identificando 2,4 milhões de pessoas com o diagnóstico, o que representa 1,2% da população com 2 anos ou mais. A maior prevalência de diagnósticos ocorre justamente na faixa etária escolar (entre 5 e 9 anos, com 2,6%).

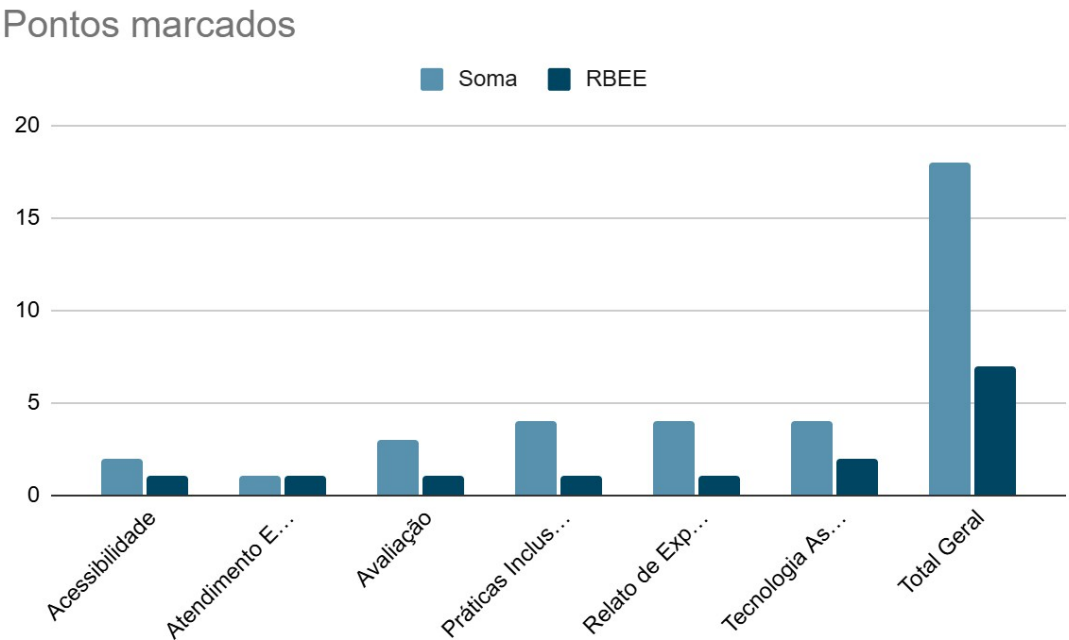
No âmbito educacional, a inclusão é uma tendência crescente. O Censo Escolar 2024 aponta que 92,6% das matrículas de alunos com deficiência já estão em classes regulares. Contudo, as pesquisas acadêmicas evidenciam desafios persistentes: **Formação Docente:** A falta de capacitação adequada de professores para lidar com as especificidades comportamentais e de aprendizado desses alunos é um obstáculo significativo; **Acesso a Serviços:** Muitas famílias enfrentam dificuldades no acesso a diagnósticos precoces e acompanhamento multidisciplinar especializado. **Estratégias Pedagógicas:** A necessidade de rotinas estruturadas, previsibilidade e apoio visual são estratégias pedagógicas cruciais que precisam ser implementadas de forma eficaz no ambiente escolar.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico que teve início no ano de 2021 com o objetivo de coletar o maior número de informações sobre a temática da pesquisa por meio das: Revista Brasileira de Educação Especial, Revista de Educação Especial e Catálogo de Teses e Dissertações. Utilizando os descritores: Práticas Educativas Inclusivas. Criança com paralisia cerebral. Ensino Infantil. Acessibilidade. Permanência.

A partir dessa pesquisa inicial foi feita uma filtragem para saber quais eram os trabalhos mais relevantes, classificando-os por relação ao tema de acordo com a linha de pesquisa de educação especial e inclusiva que é uma linha geral e ampla, bem como os trabalhos que estavam relacionados às palavras chaves e objeto de pesquisa que é a criança com Paralisia Cerebral, sendo mais específicos e considerando a relação direta dos trabalhos com o mesmo.

A seguir apresento três gráficos com os quantitativos dos trabalhos encontrados e selecionados nas revistas.

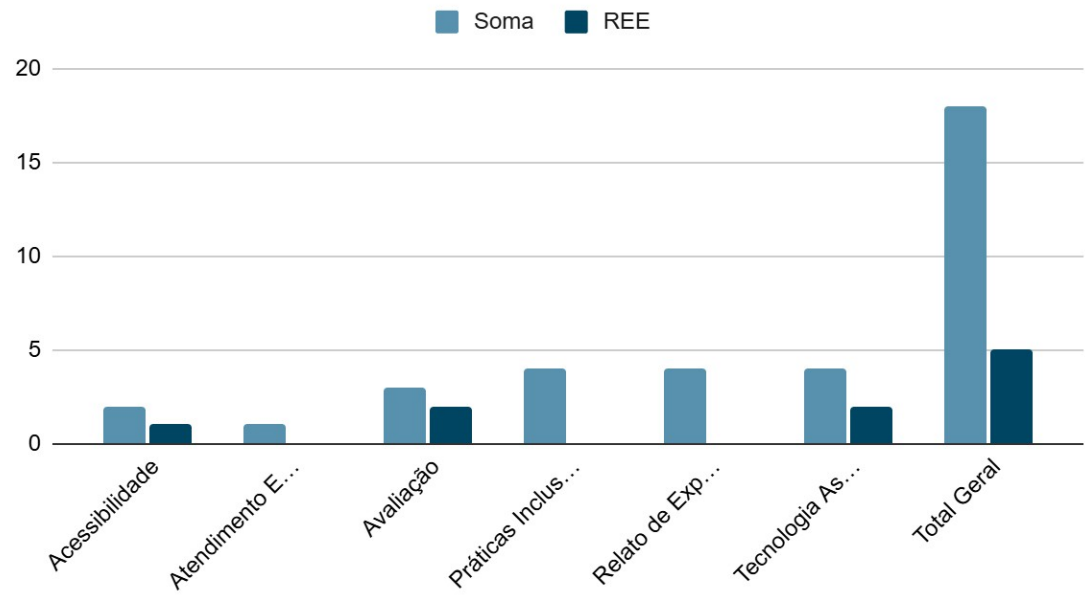
Gráfico 1 - da Revista Brasileira de Educação Especial - RBEE



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Gráfico 2 da Revista Brasileira de Educação Especial - REE

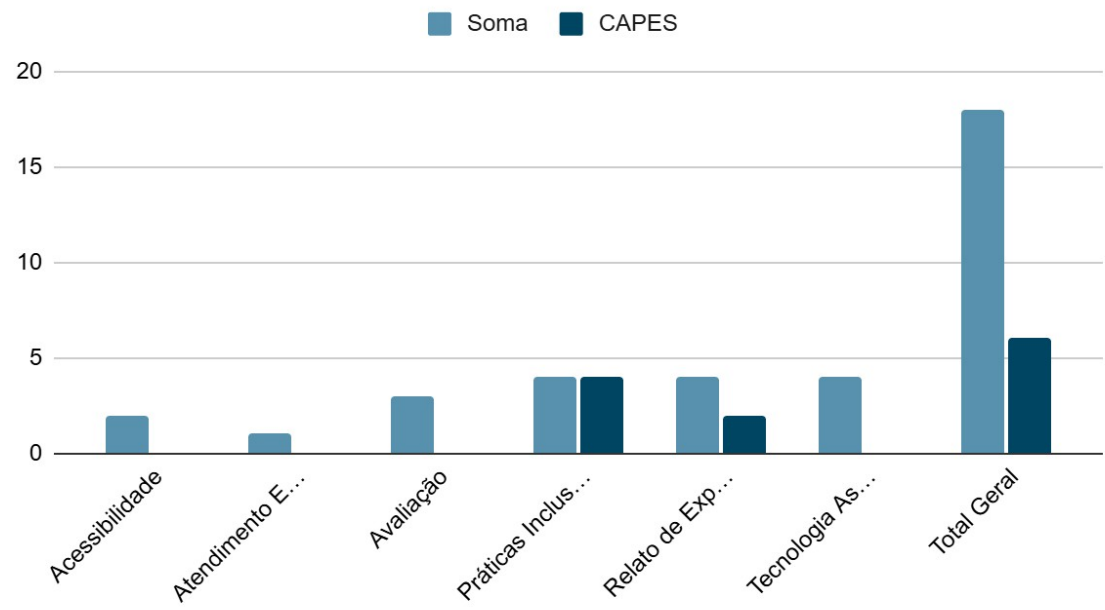
Pontos marcados



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Gráfico 3 artigos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES

Pontos marcados



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Como resultados após a coleta foram selecionados 332 trabalhos entre eles artigos científicos, monografias, dissertações e teses, desse total de trabalhos 314 não estavam diretamente ligados ao tema da pesquisa, foi realizada uma filtragem e análise de dados no espaço de tempo entre os 2015 a 2025, e apenas 18 trabalhos foram selecionados e esse número não é de trabalhos totalmente relacionados ao tema central e objeto da pesquisa práticas pedagógicas inclusivas e a criança com paralisia cerebral. evidencia-se a carência de trabalhos acadêmicos voltados ao estudo da criança com paralisia cerebral, na área da educação, não apenas da educação infantil que foi o contexto abordado na pesquisa, sem dúvidas há um campo extenso e munido de relatos, experiências que contribuam para o aperfeiçoamento, criação e implementação de práticas inclusivas no contexto educacional em todas as modalidades.

Foi realizada a análise dos dados 2015 a 2025 releituras de trabalhos selecionados e uma nova filtragem de informações tendo alguns critérios de seleção para os mais relevantes e diretamente relacionados ao tema da pesquisa: Práticas Educativas Inclusivas Para a Criança Com Paralisia Cerebral no Ensino Infantil, e fundamentalmente os que abordavam nosso objeto de pesquisa, a Criança/Aluna com Paralisia Cerebral.

O quadro abaixo expõe os dados da pesquisa realizada no período de 2015 a 2025.

QUADRO 2 - levantamento Bibliográfico 2015 a 2025

Período	Soma de Número de artigos	Soma de Artigos não relacionados	Soma de Artigos relacionados
2015	12	7	5
2016	10	9	1
2017	10	8	2
2018	10	9	1
2019	11	11	0
2020	9	8	1

2021	64	62	2
2022	56	54	2
2023	40	38	2
2024	100	99	1
2025	10	9	1
Total Geral	332	314	18

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

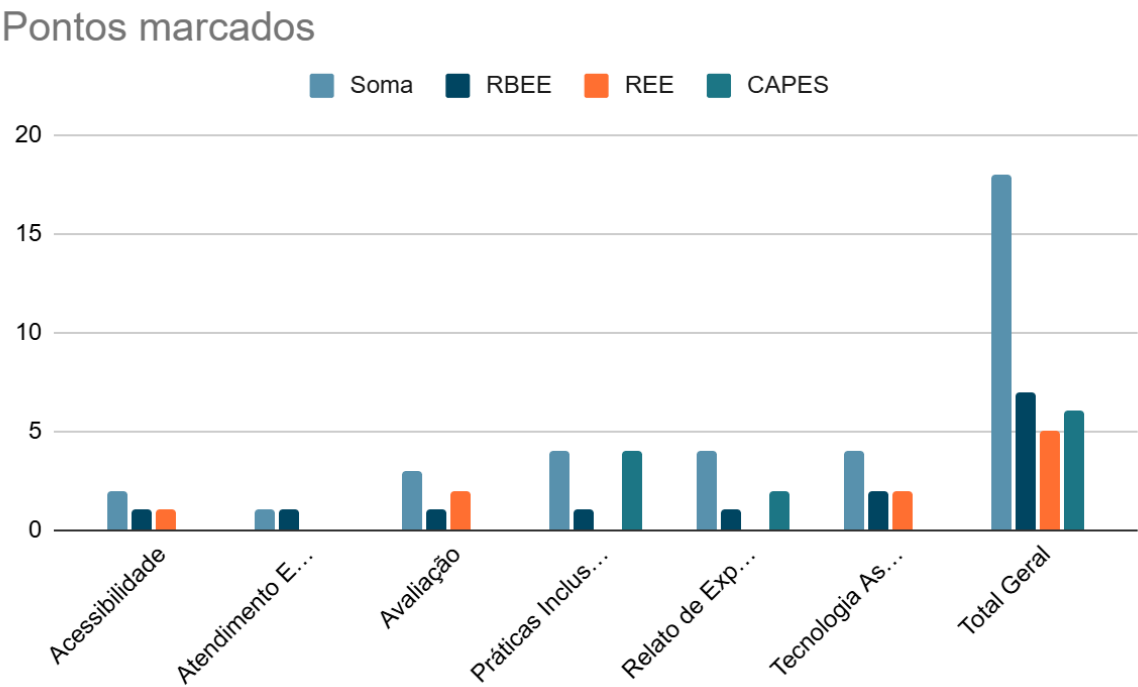
Após levantamento da temática por meio de artigos publicados encontramos na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) oito artigos, na Revista de Educação Especial (REE) cinco artigos e no banco de teses e dissertações (CAPES) foram encontrados seis trabalhos.

Na tabela e no gráfico a seguir são apresentados os resultados das filtrações da pesquisa nas revistas, organizados em seis eixos temáticos que serão detalhados a seguir. Essa organização foi dividida em duas categorias principais: temas diretamente relacionados ao objeto central: práticas pedagógicas inclusivas e temas não diretamente relacionados, que, embora próximos, não abordam especificamente as ferramentas utilizadas para a efetivação da prática inclusiva na educação. A categorização dos achados foi realizada considerando que a análise temática possibilita agrupar informações segundo critérios de coerência e relevância interpretativa, favorecendo a compreensão aprofundada do fenômeno estudado.

De acordo com Bardin (2016), a organização sistemática de elementos por temas permite extrair significados e interpretar dados de forma consistente. Complementarmente, Bogdan e Biklen (1994) destacam que a análise qualitativa envolve a identificação de padrões, temas e categorias emergentes a partir do material coletado, possibilitando interpretações mais profundas. Nessa mesma perspectiva, Minayo (2014) ressalta que a categorização constitui uma etapa central da análise qualitativa, permitindo ordenar e interpretar a complexidade do corpus.

Além disso, a divisão em eixos temáticos permite evidenciar quais práticas pedagógicas inclusivas têm sido mais abordadas na literatura, bem como identificar lacunas e áreas pouco investigadas, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e intervenções educacionais. Essa organização facilita a interpretação comparativa entre os artigos, possibilita a síntese das informações e contribui para uma análise crítica sobre a aplicação de ferramentas e estratégias pedagógicas na educação inclusiva. Dessa forma, a categorização temática não se limita à classificação de dados, mas atua como um instrumento analítico que apoia a compreensão da dinâmica da inclusão escolar e dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação. Com base nesse recorte, a tabela e o gráfico a seguir apresentam de forma visual a distribuição dos artigos analisados nos diferentes eixos temáticos, permitindo uma leitura rápida e clara das tendências, frequências e lacunas identificadas na literatura.

Gráfico 4 - Fontes pesquisadas



Fonte: Elaborado pela autora,2025.

No entanto, o levantamento bibliográfico realizado em periódicos especializados (como a *Revista Brasileira de Educação Especial* e a *Revista de Educação Especial*), cobrindo o período de 2015 a 2025, revelou uma concentração de pesquisas em aspectos de acesso e participação (e.g., matrícula, disponibilidade de acompanhante e inserção em dinâmicas de classe). Analisando os artigos foi possível identificar pontos específicos, dentre eles:

- o acolhimento dos alunos com deficiência, no que diz respeito a matrícula
- a disponibilidade de um auxiliar para acompanhá-lo em sua interação para com os professores e alunos em classe
- a inclusão do aluno com deficiência na dinâmica da classe e nas atividades

Mesmo havendo indícios de práticas inclusivas no que diz respeito ao acesso e participação do aluno com paralisia cerebral no espaço escolar também é possível pontuar algumas contrariedades e até mesmo contradições em relação às práticas que são inicialmente classificadas como inclusivas se considerarmos os fatores primários para o acesso e participação.

Revisitando os aos a pesquisa realizada, nas revistas RBEE, REE e CAPES, encontramos na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) oito artigos, na Revista de Educação Especial (REE) cinco artigos e no banco de teses e dissertações (CAPES) foram encontrados seis trabalhos ao todo foram 18 trabalhos selecionados.

Quadro 3 – Trabalhos por temáticas

Trabalhos por tema	Soma	RBEE	REE	CAPES
Acessibilidade	2	1	1	0
Atendimento Educacional Especializado	1	1	0	0
Avaliação	3	1	2	0
Práticas Inclusivas	4	1	0	4
Relato de Experiências	4	1	0	2

Tecnologia Assistiva	4	2	2	0
Total Geral	18	7	5	6

Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

4.1 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS: EIXOS TEMÁTICOS - Interpretando achados da pesquisa

Os trabalhos foram categorizados em seis eixos temáticos: Acessibilidade, Avaliação, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Práticas Inclusivas, Relato de Experiência e Tecnologia Assistiva. Para a análise, eles foram divididos em duas categorias: trabalhos diretamente relacionados, que abordam especificamente o tema central práticas pedagógicas inclusivas para crianças com paralisia cerebral na educação infantil e trabalhos indiretamente relacionados, correspondentes aos demais cinco eixos, que tratam de ferramentas ou estratégias que apoiam a inclusão, mas não focadas diretamente no tema central.

Segundo Bardin (2016) e Bogdan e Biklen (1994), a categorização temática é essencial na análise qualitativa, pois organiza o corpus de forma sistemática, identifica padrões, lacunas e tendências e facilita a interpretação crítica dos dados coletados

4.1.1 Práticas pedagógicas inclusivas

O eixo de práticas pedagógicas inclusivas reúne investigações diretamente relacionadas ao tema central da inclusão educacional, especialmente aquelas que abordam intervenções e estratégias aplicadas à educação infantil para promover a participação ativa e a aprendizagem significativa de crianças com paralisia cerebral. A inclusão escolar consiste não apenas na presença física do aluno na sala de aula regular, mas na garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem, articuladas por meio de práticas pedagógicas adaptadas às necessidades de cada estudante (CARVALHO; SCHMIDT, 2021, p. 710).

No âmbito das estratégias pedagógicas, destacam-se métodos de ensino adaptados, jogos pedagógicos e atividades lúdicas inclusivas, que criam oportunidades para interação, exploração e construção conjunta de saberes. Carvalho e Schmidt (2021, p. 712) afirmam que “as práticas inclusivas devem contemplar diversificação de materiais, flexibilização de tarefas e a articulação de jogos e atividades cooperativas que favoreçam tanto aspectos cognitivos quanto socioemocionais”. Essas práticas são fundamentais para crianças com paralisia cerebral, pois contribuem para o desenvolvimento de habilidades motoras, expressão e comunicação, sendo mediadas pelo brincar, que atua como linguagem privilegiada no processo educativo (KISHIMOTO, 2011, p. 45).

Além disso, Rosemeire Geromini Alonso (2016, p. 43) ressalta que “a adaptação de materiais e a utilização de recursos didáticos diversificados permitem que crianças com diferentes perfis de desenvolvimento participem das atividades propostas, ampliando assim suas possibilidades de aprendizagem e interação com os pares”. A autora enfatiza que a inclusão não se restringe à presença física na classe, mas precisa refletir modificações no planejamento curricular, nas metodologias e na avaliação, respeitando os ritmos, modos de expressão e formas de participação de cada criança.

Entre as estratégias destacadas na literatura estão as atividades cooperativas e sensoriais, que, ao envolver movimento, música, ritmo e integração com os pares, promovem engajamento e motivação. Segundo Vygotsky (1997, p. 89), “a interação social constitui o principal motor do desenvolvimento cognitivo”, sendo essencial que o planejamento pedagógico contemple momentos de interação significativa entre as crianças, com apoio dos docentes para facilitar trocas comunicativas e resolver conflitos de maneira construtiva. Esses momentos são oportunidades para que a criança com paralisia cerebral vivencie relações de cooperação e aprendizagem conjunta com seus colegas.

Carvalho e Schmidt (2021, p. 714) também destacam que a utilização de jogos pedagógicos adaptados favorece a participação ativa, pois possibilita ajustes nas regras, nos materiais e nos objetivos de aprendizagem, garantindo que todos os participantes possam contribuir conforme seus interesses e potencialidades. Essas atividades, quando planejadas com critérios de acessibilidade e diversidade,

ampliam o repertório de habilidades motoras, cognitivas e sociais, promovendo experiências de sucesso para todos os alunos.

A implementação de práticas inclusivas efetivas depende, ainda, de um conjunto de apoios estratégicos que inclui a formação docente, a atuação interdisciplinar e o uso de tecnologias assistivas. A formação docente, por sua vez, constitui condição *sine qua non* para que estratégias pedagógicas adaptadas sejam planejadas e implementadas com qualidade. Conforme Mantoan (2006, p. 58), “a inclusão verdadeira pressupõe professores preparados para identificar barreiras pedagógicas e reorganizar suas práticas”, o que exige formação inicial e continuada que contemplem conhecimento sobre deficiências, métodos de acesso à comunicação alternativa e adaptação de atividades.

Assim, as práticas pedagógicas inclusivas, articuladas por meio de atividades lúdicas, jogos adaptados, materiais diversificados e interação significativa, configuram um conjunto de estratégias que promovem a participação, a motivação e a aprendizagem efetiva de crianças com paralisia cerebral na educação infantil. Essas práticas não apenas respeitam as singularidades de cada estudante, mas também contribuem para a construção de uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade e na equidade de oportunidades.

4.1.2 Acessibilidade

O eixo Acessibilidade evidencia a necessidade de garantir condições físicas, pedagógicas e comunicacionais que assegurem a participação plena de crianças com paralisia cerebral no contexto da Educação Infantil. A acessibilidade, entendida em sua dimensão ampliada — arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal — constitui um dos pilares da educação inclusiva, conforme previsto nas políticas públicas brasileiras e amplamente discutido na literatura especializada (MINAYO, 2014).

Os estudos analisados destacam que adaptações no ambiente escolar são fundamentais para favorecer a mobilidade, a autonomia e o engajamento das crianças. Rocha, Desidério e Massaro (2018) demonstram que a presença de

rampas, corrimãos, sinalização adequada e mobiliário adaptado não apenas elimina barreiras físicas, mas também contribui para a construção de um ambiente que respeita às características neuromotoras de crianças com paralisia cerebral, favorecendo a circulação segura e a participação em atividades coletivas. Para as autoras, a reorganização do espaço escolar, quando articulada ao planejamento pedagógico, amplia significativamente as oportunidades de aprendizagem.

No campo dos recursos pedagógicos acessíveis, Codogno, Braccialli e Braccialli (2018) enfatizam que materiais adaptados — como pranchas de comunicação alternativa, livros acessíveis, recursos de baixa e alta tecnologia e materiais com texturas variadas — desempenham papel estratégico na mediação das aprendizagens. As autoras demonstram que crianças com paralisia cerebral, especialmente aquelas que apresentam comprometimentos motores severos, beneficiam-se de instrumentos que favoreçam a comunicação, a exploração sensorial e a participação nas atividades curriculares. Os estudos indicam que a combinação entre recursos pedagógicos acessíveis e estratégias individualizadas de ensino colabora para o desenvolvimento cognitivo, comunicacional e social.

Além disso, Almeida (2018) destaca a relevância da formação continuada dos professores como elemento central para a promoção da acessibilidade pedagógica. De acordo com a autora, ambientes verdadeiramente inclusivos exigem educadores capazes de reconhecer as especificidades da paralisia cerebral, interpretar as necessidades comunicacionais e motoras dos alunos e implementar estratégias alinhadas às demandas reais do cotidiano escolar. A autora ressalta que a formação docente deve integrar discussões sobre políticas públicas, adaptações pedagógicas, tecnologias assistivas e práticas colaborativas, assegurando que a acessibilidade ultrapasse o aspecto físico e se consolide como prática pedagógica intencional.

A literatura converge ao afirmar que a acessibilidade deve ser compreendida como um conjunto articulado de ações que envolve adaptações estruturais, metodologias diversificadas, recursos assistivos e atitudes inclusivas. O uso de recursos visuais, sinalizações, tecnologias de apoio e dispositivos de comunicação contribui para a compreensão das tarefas e para a autonomia da criança com paralisia cerebral, favorecendo sua inserção ativa nas atividades escolares. Conforme argumenta Minayo (2014), a inclusão efetiva depende do alinhamento

entre recursos físicos, pedagógicos e sociais, de modo que todas as dimensões do ambiente educativo trabalhem de forma integrada para garantir equidade no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, os estudos analisados reforçam que a acessibilidade não deve ser entendida como ação pontual, mas como compromisso contínuo da instituição escolar. A implementação de elementos como rampas, mobiliário adaptado, sinalização tátil e tecnologias assistivas, em conjunto com práticas pedagógicas fundamentadas na diversidade, constitui base essencial para assegurar que a criança com paralisia cerebral tenha garantido o direito ao brincar, aprender e conviver em condições de igualdade com seus pares.

4.1.3 Avaliação

O eixo Avaliação volta-se para a análise de procedimentos avaliativos adaptados às necessidades específicas de crianças com paralisia cerebral na Educação Infantil, reconhecendo que esse público demanda métodos que respeitem seu ritmo, suas potencialidades e suas formas singulares de expressão. A literatura evidencia que avaliações tradicionais — predominantemente centradas em provas escritas e tarefas padronizadas — não contemplam as especificidades motoras, comunicacionais e sensoriais características da paralisia cerebral, podendo gerar interpretações equivocadas sobre o desenvolvimento da criança.

Os estudos orientam para a adoção de avaliações contínuas, formativas e individualizadas, baseadas em múltiplas fontes de evidência, tais como observações sistemáticas, registros descritivos, portfólios, produções espontâneas, interações lúdicas e acompanhamento das trajetórias de aprendizagem. Bogdan e Biklen (1994) salientam que a avaliação qualitativa deve abarcar diferentes dimensões do desenvolvimento, permitindo compreender o sujeito em sua totalidade, e não apenas por meio de desempenhos isolados. Essa perspectiva é particularmente relevante para crianças com paralisia cerebral, cujas manifestações de aprendizagem nem sempre se expressam em formatos convencionais.

A contribuição de Borges (2015) reforça a importância de uma avaliação sensível às singularidades do desenvolvimento infantil atípico, sobretudo em

crianças com comprometimentos motores. A autora demonstra que processos avaliativos mais amplos e flexíveis — especialmente aqueles baseados no registro contínuo de progressos e nas interações pedagógicas — permitem identificar avanços que não seriam captados por instrumentos tradicionais. Borges (2015) destaca ainda que a participação da família no processo avaliativo é indispensável, pois os familiares fornecem informações essenciais sobre o cotidiano da criança, suas formas de comunicação, suas rotinas de saúde e seu repertório comportamental.

Os estudos analisados convergem ao afirmar que a avaliação deve assumir caráter processual, interpretativo e contextualizado, evitando comparações rígidas entre crianças e privilegiando o acompanhamento longitudinal das conquistas e desafios individuais. A diversidade de instrumentos avaliativos favorece intervenções pedagógicas ajustadas, possibilitando ao professor reorganizar estratégias de ensino, planejar adaptações e articular o trabalho colaborativo com profissionais do AEE e da equipe multidisciplinar. Ao mesmo tempo, o envolvimento da família fortalece o vínculo escola–comunidade e amplia a compreensão sobre o percurso de desenvolvimento da criança, contribuindo para práticas inclusivas mais assertivas.

Assim, a avaliação no contexto da paralisia cerebral não deve ser entendida como mediação, mas como processo reflexivo, investigativo e humanizado, que considera as particularidades da criança, respeita suas formas de expressão e garante que seu desenvolvimento seja acompanhado de maneira ética, sensível e inclusiva.

4.1.4 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um eixo fundamental para a inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral, ao oferecer suporte estruturado que possibilita o acesso ao currículo, a eliminação de barreiras e o desenvolvimento de competências cognitivas, motoras e comunicacionais. A atuação do AEE é especialmente relevante quando articulada ao trabalho pedagógico da sala regular, garantindo que as especificidades da criança sejam contempladas de forma contínua e contextualizada. Silveira (2015) destaca que

profissionais qualificados, quando alocados no AEE, desempenham papel decisivo na adaptação de materiais, na seleção de recursos pedagógicos e na implementação de estratégias que respeitam as necessidades educacionais decorrentes da paralisia cerebral.

As práticas de colaboração entre professores da sala comum e profissionais do AEE são essenciais para a construção de intervenções consistentes, potencializando aprendizagens e assegurando o desenvolvimento integral da criança. Como argumenta Bardin (2016), a análise sistemática das práticas pedagógicas adotadas em contextos inclusivos permite identificar estratégias eficazes e replicáveis, contribuindo para a consolidação de ambientes escolares mais acessíveis e responsivos às necessidades específicas do estudante.

Em consonância com essa perspectiva, Quiterio, Gerk e Nunes (2017) demonstram, em seus estudos sobre práticas inclusivas e organização do AEE, que a eficiência desse serviço depende diretamente da precisão diagnóstica das necessidades educacionais, da elaboração de planos de atendimento individualizados e da formação continuada dos professores. As autoras afirmam que “a efetividade do AEE está vinculada à articulação entre recursos, estratégias pedagógicas e compreensão profunda das especificidades da deficiência do aluno” (QUITERIO; GERK; NUNES, 2017). Tal compreensão se torna ainda mais necessária no caso da criança com paralisia cerebral, que pode apresentar limitações motoras, distúrbios neuromotores associados, alterações no tônus muscular, dificuldades de comunicação e desafios na coordenação motora fina, exigindo intervenções educativas ajustadas e interdisciplinares.

Quiterio, Gerk e Nunes (2017) também ressaltam que o AEE deve funcionar como mediador entre a escola, a família e os demais profissionais que acompanham a criança — como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos —, fortalecendo o trabalho integrado e ampliando as possibilidades de participação plena no ambiente escolar. Para as autoras, o AEE se destaca ao proporcionar à criança recursos de comunicação alternativa, adaptações de acesso ao material didático, organização espacial da sala e intervenções que favoreçam a autonomia. Esses recursos, aliados à intencionalidade pedagógica, permitem que a criança

realize atividades de forma independente, respeitando suas particularidades neuromotoras.

Nessa direção, Silveira (2015) reforça que o AEE não se limita a complementar o trabalho desenvolvido na sala regular, mas atua como espaço especializado capaz de mediar aprendizagens, promover o engajamento do estudante e contribuir para sua autonomia. Assim, o AEE configura-se como elemento-chave para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, pois articula adaptações, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas com vistas ao desenvolvimento integral da criança com paralisia cerebral.

4.1.5 Relatos de experiência

O eixo referente aos relatos de experiência reúne produções que descrevem, analisam e interpretam práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas em contextos reais da Educação Infantil, especialmente no atendimento a crianças com paralisia cerebral. Esse tipo de produção possui grande relevância para a compreensão das dinâmicas escolares, pois permite observar diretamente as estratégias utilizadas, os desafios enfrentados e as soluções construídas pelos profissionais no cotidiano.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), o relato de experiência e as descrições detalhadas do campo são recursos essenciais para a pesquisa qualitativa, pois possibilitam captar “o significado que os sujeitos atribuem às ações e eventos” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49). No âmbito da inclusão, essa perspectiva permite entender como práticas pedagógicas, recursos adaptados e tecnologias assistivas são incorporados à rotina escolar e de que modo influenciam o desenvolvimento e a participação das crianças com deficiência.

Os trabalhos recentes analisados reforçam essa importância. Almeida (2015), ao relatar a implementação de atividades adaptadas para crianças com paralisia cerebral em contexto de creche, evidencia que pequenas modificações no ambiente — como reorganização do mobiliário, introdução de materiais manipulativos acessíveis e uso de suportes posturais — favoreceram a socialização e a autonomia. A autora destaca que “a participação ativa da criança depende

diretamente da intencionalidade pedagógica e das condições materiais oferecidas pelo espaço escolar” (ALMEIDA, 2015, p. 7).

Da mesma forma, o estudo de Silva, Cunha e Pfeifer (2016) apresenta um relato estruturado sobre o uso de recursos de Tecnologia Assistiva e estratégias de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) no trabalho com crianças com limitações motoras. As autoras demonstram que o uso combinado de pranchas de comunicação, atividades lúdicas adaptadas e mediação docente qualificada resultou em avanços significativos na interação social e no engajamento em atividades pedagógicas. Segundo elas, “o relato de experiência possibilita compreender de forma concreta o impacto da intervenção e contribui para orientar práticas replicáveis em outros contextos escolares” (SILVA; CUNHA; PFEIFER, 2016, p. 11).

Os relatos analisados convergem na indicação de que a socialização, a autonomia funcional e a participação ativa da criança com paralisia cerebral são ampliadas quando há:

- a) planejamento pedagógico intencional e flexível;
- b) integração de tecnologias assistivas ao cotidiano escolar;
- c) mediação docente contínua;
- d) registro sistematizado das práticas, que permite avaliação e replanejamento;
- e) articulação entre equipe pedagógica, família e serviços de apoio.

Além disso, os estudos mostram que o compartilhamento de experiências concretas contribui para a formação docente, pois auxilia profissionais a visualizar soluções possíveis, identificar estratégias adaptáveis e reconhecer as potencialidades das crianças. Assim, os relatos de experiência não apenas documentam práticas, mas também mobilizam mudanças teóricas e metodológicas na escola, constituindo-se como instrumentos de construção coletiva do conhecimento pedagógico inclusivo.

4.1.6 Tecnologia assistiva (TA)

A Tecnologia Assistiva (TA) constitui um dos eixos fundamentais para a promoção da inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral, uma vez que oferece recursos e serviços capazes de ampliar habilidades funcionais, reduzir barreiras e garantir condições de participação, comunicação e aprendizagem. A TA abrange desde dispositivos simples adaptados até sistemas complexos de comunicação alternativa e aumentativa (CAA), softwares educativos, plataformas digitais e recursos de acessibilidade que favorecem o desenvolvimento global da criança.

Segundo Bardin (2016) e Minayo (2014), a introdução de tecnologias assistivas no contexto educacional está diretamente relacionada à eliminação de barreiras pedagógicas e atitudinais, permitindo que o aluno seja protagonista de seu processo de aprendizagem. Essas autoras destacam que a mediação tecnológica, quando integrada às práticas pedagógicas, amplia a autonomia e favorece a construção ativa do conhecimento.

No campo específico da paralisia cerebral, estudos recentes evidenciam a crescente relevância das tecnologias assistivas como mediadoras do acesso ao currículo e da comunicação funcional. Codogno, Bracchialli e Bracchialli (2018) enfatizam que recursos como pranchas de comunicação, símbolos pictográficos e dispositivos de apoio motoro-cognitivo possibilitam que a criança “exprima desejos, participe de interações e desenvolva competências comunicativas antes inviabilizadas pela limitação motora” (CODGNO; BRACCIALLI; BRACCIALLI, 2018, p. 9). As autoras reforçam que a comunicação alternativa, quando integrada ao planejamento pedagógico, fortalece vínculos sociais e amplia as possibilidades expressivas da criança com PC.

Na mesma direção, Lino, Martinez, Boueri e Lourenço (2020) demonstram que o uso de softwares educativos adaptados, teclados com acessibilidade, acionadores sensoriais e materiais digitais ampliados não apenas facilita a participação, mas melhora o desempenho motor fino, a coordenação visomotora e a permanência em atividades escolares. As autoras afirmam que “a articulação entre tecnologia assistiva e estratégias pedagógicas tradicionais potencializa ganhos

cognitivos e sociais” (LINO et al., 2020, p. 6). O estudo mostra ainda que a TA deve ser acompanhada de avaliação funcional contínua, garantindo adequação aos níveis de necessidade da criança.

Miranda, Silveira, Rech e Vidor (2021) corroboram essa compreensão ao revelar que o uso de dispositivos tecnológicos, aliado à formação docente, impacta positivamente a autonomia da criança, favorecendo a exploração do ambiente, a autorregulação e o engajamento em práticas lúdicas. Para as autoras, a TA não é um recurso complementar, mas um elemento estrutural da inclusão, pois promove “participação ativa, independência progressiva e integração curricular” (MIRANDA et al., 2021, p. 11). O estudo também evidencia que o uso de tablets com aplicativos de acessibilidade, jogos interativos adaptados e interfaces sensíveis ao toque apresenta resultados expressivos na educação infantil, especialmente entre crianças com limitações motoras graves.

De forma convergente, os trabalhos analisados indicam que a efetividade da Tecnologia Assistiva depende de três dimensões centrais: a) avaliação individualizada, que identifique o potencial e as necessidades de cada criança; b) mediação docente qualificada, que assegure uso pedagógico e não apenas instrumental dos recursos; c) integração entre tecnologia e currículo, garantindo que os dispositivos tecnológicos potencializem atividades lúdicas, exploração sensorial, comunicação e participação social.

Assim, compreende-se que a TA deve ser interpretada não como ferramenta isolada, mas como estratégia pedagógica articulada a outras práticas inclusivas, permitindo que a criança com paralisia cerebral desenvolva autonomia, expressão, mobilidade funcional e participação significativa na rotina escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço mais que apropriado para a promoção da Inclusão, Diversidade e sobretudo ao respeito, se faz necessário plantar cada vez mais cedo tais valores na sociedade para que futuramente possamos colher frutos em um mundo com cidadãos sensíveis, atentos e dispostos a oferecer o que nem deveria ser pedido, justiça e espaço para que hajam vozes que possam se expressar com suas linguagens próprias, corpos que possam se expressar do seu jeito, quebrando padrões que nem deveriam existir, considerando o fato histórico e biológico da miscigenação e da diversidade cultural no Brasil. O que é normal? O que é ser normal? O que foge disso?

A inclusão de crianças com paralisia cerebral no ambiente escolar deve ser uma prática constante e efetiva. É vital que as instituições de ensino infantil adotem práticas educativas que promovam a participação ativa e o desenvolvimento integral dessas crianças, considerando suas necessidades específicas.

A análise das produções científicas recentes evidencia que as práticas pedagógicas inclusivas voltadas para crianças com paralisia cerebral na educação infantil concentram-se na adaptação de materiais, na mediação docente qualificada, no uso da ludicidade e no planejamento individualizado.

Nos trabalhos de Carvalho e Schmidt (2021), observa-se que a adaptação de materiais didáticos — como livros acessíveis, objetos ampliados e instrumentos de escrita modificados — é essencial para assegurar que a criança participe das atividades com autonomia progressiva. As autoras destacam que “a acessibilidade física e cognitiva do material é condição para a participação significativa da criança com deficiência” (CARVALHO; SCHMIDT, 2021, p. 7). Alonso (2016) complementa ao demonstrar que atividades lúdicas e sensoriais, como jogos cooperativos, brincadeiras táteis e experiências interativas, ampliam o engajamento e favorecem o desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas. Segundo a autora, “o lúdico constitui um mediador essencial para que a criança se aproprie do conhecimento e participe da rotina escolar” (ALONSO, 2016, p. 12). Além disso, práticas cooperativas, organização do ambiente físico, uso de tecnologias assistivas e

personalização das estratégias de ensino emergem como dimensões fundamentais para garantir equidade no processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, os três estudos analisados convergem ao afirmar que a inclusão de crianças com paralisia cerebral exige planejamento pedagógico individualizado, mediação contínua e respeito ao ritmo de desenvolvimento, assegurando que todas as crianças possam participar, interagir e aprender em condições adequadas.

A formação adequada dos profissionais da educação, a adaptação dos espaços e recursos e a implementação de métodos pedagógicos inclusivos são passos fundamentais para alcançar esse objetivo. Pesquisas continuadas e aprofundadas nessa área são necessárias para aprimorar as práticas existentes e garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Assim, a revisão empreendida neste estudo resultou da análise aprofundada das contribuições teóricas, articulando diferentes perspectivas e identificando convergências, tensões e lacunas.

Por tanto, se faz cada vez mais necessárias pesquisas nessa área para que haja compreensão e apropriação do tema: práticas educativas inclusivas para crianças com paralisia cerebral no Ensino Infantil. Assim como adoção e efetivação de práticas para esses alunos de acordo com suas necessidades.

REFERÊNCIAS

ABPC (Associação Brasileira de Paralisia Cerebral). *Associação Brasileira de Paralisia Cerebral*, 2018. Disponível em: <https://paralisiacerebral.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2025

ALMEIDA, C. de. **Relato de experiência sobre práticas inclusivas na Educação Infantil.** Ijuí: UNIJUÍ, 2015.

ALMEIDA, Rita de Cassia Gomes de Oliveira. **Desenho Universal para Aprendizagem e Tecnologia Assistiva:** oferta de recursos para aluna com Paralisia Cerebral na classe comum. 2018.

ALONSO, M. C. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas.** São Paulo: Cortez, 2016.

ALONSO, Rosemeire Geromini. **Práticas pedagógicas na educação infantil:** possibilidades e desafios frente à inclusão escolar. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/7445>. Acesso em: 12 dez. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva.** Porto Alegre: CEDI, 2017.

BOBATH, B.; BOBATH, K. **The neuro-developmental treatment of cerebral palsy.** London: Heinemann, 1975.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. 5. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, Laura. **Relação Família e Escola:** Programa para profissional Pré-Escolares de aluno público alvo da educação especial. 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 12.686**, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponível em: www.planalto.gov.br

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista — Resultados preliminares da amostra**. Brasília: IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-de-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **BRASIL**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar 2024: Estatísticas da Educação Básica**. Brasília: Inep/MEC, 2025. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/1000204/4/Educacao%20em%20Perspectiva%20-%20Volume%202.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à pessoa com paralisia cerebral** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** - Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia. **Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, e0231, p. 707–724, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbee/article/view/203315>. Acesso em: 12 dez. 2025. (p. indicadas conforme numeração do PDF).

CODGNO, F. T. O.; BRACCIALLI, A. C.; BRACCIALLI, L. M. P. Comunicação alternativa e tecnologia assistiva no processo de inclusão escolar. 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Educação inclusiva: cultura, políticas e práticas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE / UNDIME RN. **Reportagens e notas sobre crescimento das matrículas da educação especial no RN** (com base no Censo Escolar 2023/2024). <https://www.rn.gov.br/materia/rn-dobra-oferta-da-educacao-especial-na-rede-estadual-de-ensino/>; <https://rn.undime.org.br/noticia/15-03-2024-09-09-matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-17-milhao>. Acesso em: 07 dez. 2025.

INEP / MEC. **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP / Ministério da Educação, 2024 (divulgação dos resultados do Censo Escolar 2023). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 07 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Dados do Censo Demográfico 2022**; população de crianças até 14 anos (aprox. 40,1 milhões em 2022). IBGE, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 07 dez. 2025.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARAIA, R. B. (2001). **Cultura: Um conceito antropológico**. Jorge Zahar Editor.

LINO, T. B.; MARTINEZ, L. B. A.; BOUERI, I. Z.; LOURENÇO, G. F. **Tecnologia assistiva e acessibilidade na educação infantil: uma análise das práticas pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília: Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, v. 26, n. 1, p. 35-50, 2020.

LITTLE, W. J. **On the influence of abnormal parturition, difficult labours, premature birth, and asphyxia neonatorum, on the mental and physical condition of the child**. Transactions of the Obstetrical Society of London, v. 3, p. 293–344, 1862.

MANCINI, M. C. et al. **Comparação do desempenho de atividades funcionais em crianças com desenvolvimento normal e crianças com paralisia cerebral.** Arquivos de Neuro-Psiquiatria, São Paulo, v. 60, n. 2B, p. 446-452, Junho 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/CTLmtZBcvQ8mrbpzqy3bBds/?lang=pt>

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças na escola.** Petrópolis: Vozes, 2015.

MENDES, E. G. **Avaliação pedagógica e educação inclusiva: práticas e possibilidades.** São Paulo: Cortez, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, V. S. G.; SILVEIRA, K. A.; RECH, S. T.; VIDOR, D. C. G. M. **Recursos de tecnologia assistiva e participação escolar de crianças com deficiência física.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília: Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, v. 27, 2021.

MORRIS, C. **Definition and classification of cerebral palsy: a historical perspective.** Developmental Medicine and Child Neurology, Londres: Mac Keith Press, v. 109, p. 3-7, 2007.

NASCIMENTO, D. A.; SOUSA, N. M. F. R. **O brincar na educação infantil inclusiva nas práticas pedagógicas para crianças com deficiência.** Educação & Formação, Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, v. 8, e11284, 2023.

QUITERIO, P. L.; GERK, E.; NUNES, L. R. O. P. **Avaliação multimodal das habilidades sociais de estudantes com paralisia cerebral usuários de comunicação alternativa.** Revista de Educação Especial, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

ROCHA, A. N. D. C.; DESIDÉRIO, S. V.; MASSARO, M. **Avaliação da acessibilidade do parque durante o brincar de crianças com paralisia cerebral na escola.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília: Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, v. 24, n. 1, 2018.

ROSA, Aline; SILVA, Maria. **Currículo funcional e inclusão: práticas pedagógicas na educação infantil.** In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL E INTERNACIONAL SOBRE A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CONTEMPORANEIDADE, 4., 2018, Niterói. Anais [...]. Niterói: Unilasalle, 2018.

ROSENBAUM, Peter et al. **The definition and classification of cerebral palsy**. Developmental Medicine & Child Neurology, London, v. 49, p. 1-44, 2007. Supplement 109.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Camila Miranda Almeida da; CUNHA, Tathiane Tescarolli; PFEIFER, Luzia Iara. **Percepção de pais e terapeutas ocupacionais sobre o brincar da criança com paralisia cerebral**. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 22, n. 2, p. 211-224, abr./jun. 2016.

RODRIGUES, Roberta Karoline Gonçalves. **Atendimento educacional especializado na educação infantil: interface com os pais e professores da classe comum**. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SOARES, A. M. M. et al. **Paralisia cerebral e práticas inclusivas no ensino infantil**. Anais do VIII CONEDU, 2022. Disponível em: <https://ns1.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91062>

SOUZA, N. de. **Paralisia cerebral: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, E. S. et al. **Participação e necessidade de assistência na realização de tarefas escolares em crianças com paralisia cerebral**. Fisioterapia em Movimento, Curitiba, v. 24, n. 3, p.409-417, 2011.

UBARANA, Adélia Dieb; LOPES, Denise Maria de Carvalho. **Infância, desenvolvimento da criança e educação infantil**. In: UFRN/NEI. Curso de Aperfeiçoamento em Campos de experiências e saberes e ação pedagógica na Educação Infantil. Texto Didático do Módulo II. 2012.

VYGOSTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WERNECK, C. **Sociedade inclusiva: quem cabe no seu “todos”?** Rio de Janeiro: WVA, 2012.